



#440

SÃO PAULO | JUN/JUL | 2017

PB

PROBLEMAS BRASILEIROS

MODERNIZAÇÃO NECESSÁRIA

Reforma na legislação trabalhista propõe a prevalência da negociação e dos acordos coletivos sobre a legislação. Aperfeiçoar as relações de trabalho vai melhorar segurança jurídica e contribuir para a recuperação da atividade econômica

RESTRIÇÃO AO FORO

O ministro do STF, Luís Roberto Barroso, defende a revisão do privilégio no julgamento de processos envolvendo autoridades

DESENCARCERAMENTO

Audiências de custódia são uma das saídas para sanar o problema da lotação do sistema penitenciário, hoje com 34% de prisões provisórias



6º PRÊMIO FECOMERCIO DE SUSTENTABILIDADE

O 6º Prêmio Fecomercio de Sustentabilidade já está com suas inscrições abertas. O prêmio tem como objetivo conscientizar e reconhecer iniciativas sustentáveis inovadoras para contribuir e melhorar o processo produtivo e poupar os recursos para as futuras gerações e criar novos modelos de negócios.

CATEGORIAS

Empresa, Entidade empresarial, Indústria, Órgão público, Academia e Jornalismo

REGULAMENTO, INSCRIÇÕES E MAIS INFORMAÇÕES

www.fecomercio.com.br/premio/sustentabilidade



SUPERAR O ATRASO

Ao propor que os acordos coletivos firmados entre sindicatos representantes de empresas e empregados tenham força de lei, a reforma trabalhista vai fortalecer os direitos constituídos dos trabalhadores. Urgente, essa modernização dará também segurança jurídica para ambas as partes. Isso porque, amparado pela legalidade e de comum acordo com o seu colaborador em relação aos novos dispositivos possíveis no ato de empregar, o gestor empresarial poderá oferecer postos de trabalho ajustados às peculiaridades de seu mercado.

O empregado, por sua vez, decidirá com mais flexibilidade aspectos laborais de seu interesse, como a jornada de trabalho, o parcelamento de férias, os trabalhos remoto e intermitente, entre outras questões previstas no Projeto de Lei nº 6.787/16. Neste momento de crise aguda, o Brasil requer estímulos para reativar a produção. Nada mais oportuno, portanto, do que atualizar um defasado conjunto de leis responsável por milhares de conflitos judiciais. Com regras sintonizadas à realidade socioeconômica brasileira, os investimentos geradores de emprego retornarão.

O protagonismo assumido pelo Supremo Tribunal Federal (STF) é um dos assuntos abordados em entrevista com o ministro Luís Roberto Barroso. A conversa, também disponível no canal da FecomercioSP no YouTube, integra a série “Diálogos que conectam”, realizada pela plataforma UM BRASIL na Brazil Conference, evento realizado em Boston, nos Estados Unidos.

Pauta de igual importância apresentada neste número da **Problemas Brasileiros** é o aprimoramento das audiências de custódia, prática eficaz para reduzir o número de prisões provisórias e a superlotação do sistema penitenciário. Ainda no âmbito da legislação, mostramos as mudanças em debate para aperfeiçoar a Lei de Adoção. A ideia é aprimorar a reintegração das mais de 4,8 mil crianças e adolescentes que carecem de uma família.

Diante de tantos desafios postos perante o País, a iniciativa privada não tem como cumprir o seu papel se a gestão pública não fizer a sua parte. Reportagem desta edição mostra os gargalos estruturais que precisam ser sanados para destravar o potencial do já pujante agronegócio do Estado do Mato Grosso.

Em resumo, cabe a todos trabalhar para expurgar rastros de atraso e aumentar a capacidade de crescimento com justiça social.

ABRAM SZAJMAN,

presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP), entidade gestora do Sesc-SP e do Senac-SP

REDAÇÃO

Rua Santa Cruz, 722, 5º andar
CEP 04122-000
São Paulo/SP | (11) 3170-1571

PUBLICAÇÕES

DIRETOR DE CONTEÚDO **André Rocha**

GERENTE DE CONTEÚDO **Fernando Sacco**

EDITOR E JORNALISTA RESPONSÁVEL
Lucas Mota MTB 46.597/SP

REPÓRTERES **Filipe Lopes, Iracy Paulina,
Rachel Cardoso e Raiza Dias**

FOTOS **Christian Parente, Folha Press
e Acervo Guia Geográfico**

ESTAGIÁRIA **Priscila Oliveira**

REVISÃO **Flávia Marques**

DIRETORES DE ARTE **Clara Voegeli
e Demian Russo**

EDITORA DE ARTE **Carolina Lusser**

DESIGNERS **Renata Lauletta,
Lais Brevilheri, Paula Seco e Cíntia Funchal**

ASSISTENTE DE ARTE **Tiago Araujo e Felipe Braz**

COLABORAM NESTA EDIÇÃO

**Antônio Lanzana, Fábila Galvão, Fabíola Perez,
Felipe Oriá, Guilherme Baroli, Herbert Carvalho,
Ives Gandra da Silva Martins, José Frederico Lyra
Netto, Juli Scapucin (ilustração) e Marleine Cohen**

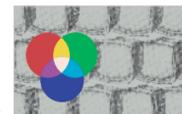


PB | #440

Com o objetivo de vencer a recessão, temos o dever de contribuir para o País superar problemas que se agravaram com o passar dos anos. Nesse sentido, a modernização da septuagenária legislação trabalhista tarda em ser executada. O anseio da sociedade é a economia reaquecida, um mercado mais forte e novas oportunidades aos mais de 13 milhões de brasileiros desempregados.

6 Capa
MODERNIZAÇÃO DAS RELAÇÕES TRABALHISTAS

12 Política
COMUNICAÇÃO PÚBLICA NO BRASIL



18 Entrevista
MINISTRO DO STF LUÍS ROBERTO BARROSO
FALA SOBRE O MOMENTO POLÍTICO NACIONAL

24 Urbanismo
GRAFITE, PICHAGEM E POLÊMICA



32 Estados Brasileiros
MATO GROSSO

38 Legislação
A REALIDADE DA ADOÇÃO NO PAÍS

45 Articulista
FELIPE ORIÁ E JOSÉ FREDERICO LYRA NETTO

46 Segurança pública
O APRIMORAMENTO DAS AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA

50 Economia
BANCOS COMUNITÁRIOS

54 Meio Ambiente
PRESERVAÇÃO DO CERRADO



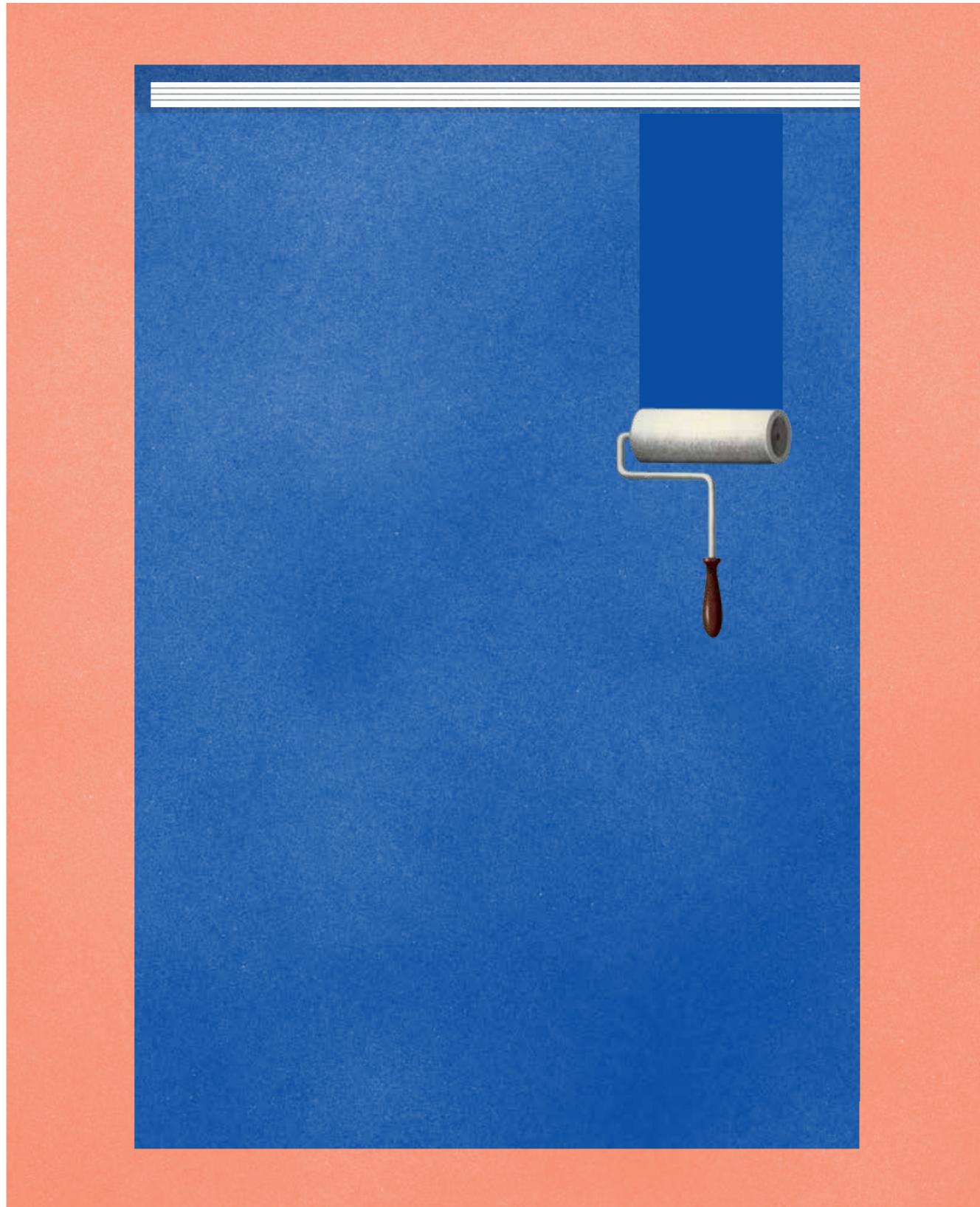
58 Articulista
IVES GANDRA DA SILVA MARTINS

59 Biblioteca
MARIO SERGIO CORTELLA



60 Cultura
250 ANOS DA MÚSICA CLÁSSICA BRASILEIRA

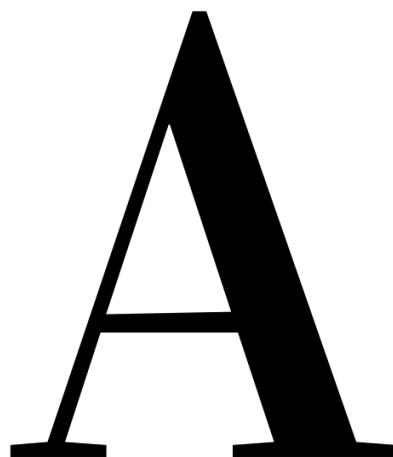
66 Grande Angular
ZONA FRANCA DE MANAUS



RELAÇÕES ABERTAS

A recuperação econômica do Brasil está relacionada, entre outros aspectos, ao desenrolar de fatores políticos. No bojo das ações adotadas pelo governo federal para tentar tirar o Brasil de uma recessão sem precedentes, está a modernização da legislação trabalhista. Isso porque as regras inflexíveis da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), datada da longínqua década de 1940, desencorajam o ato de empregar e causam constante insegurança jurídica.

texto RACHEL CARDOSO | ilustração Lais Brevilheri



A Constituição Federal de 1988 contribuiu para o amadurecimento da relação entre empregados e empregadores ao reconhecer as convenções e os acordos coletivos de trabalho no âmbito das relações laborais. Por outro lado, ao longo das últimas três décadas, os pactos firmados entre empresas e trabalhadores viram sua autonomia ser razão de sucessivos questionamentos na Justiça do Trabalho.

Anunciado em dezembro passado, o Projeto de Lei (PL) nº 6.787/16, de autoria do Executivo, que trata da reforma trabalhista, propõe a prevalência dos ditos acordos coletivos sobre a legislação em 13 pontos [ver *infográfico*]. Já aprovado na Câmara e em tramitação no Senado [até o fechamento desta edição], o texto diz que essas questões passam a ser definidas nas negociações sem intervenção da lei. Em seguidas aparições na imprensa para defender o PL, o relator da proposta, Rogério Marinho (PSDB/RN), vem argumentando que “a legislação referente ao trabalho fracassou, não protege nem segura o emprego”. Outro ponto apresentado pelo parlamentar é que inúmeras formas de trabalho dos dias atuais desaparecerão nos próximos 30 anos em paralelo ao surgimento de novas variáveis, muitas delas apoiadas na tecnologia da informação. Daí a necessidade de atualização das leis editadas à época de um Brasil ruralizado e com incipiente industrialização.

Para o advogado Sérgio Vieira Miranda da Silva, especialista em relações do trabalho e

professor do Instituto de Ensino e Pesquisa (Insper), o País realmente carece de leis novas e mais claras no âmbito trabalhista para destravar sua modernização. “Há uma obsolescência muito grande na legislação vigente.” De acordo com ele, é necessário garantir mais segurança jurídica ao empregador e ao investidor. A repetida invalidação dos acordos coletivos, segundo Silva, é uma das características atuais que vai de encontro ao que se espera de uma economia de livre-mercado. “O empresário quer saber quais são as regras do jogo para não ser surpreendido.” Também critica o Poder Judiciário por intervir demais em interpretações de leis que não existem. “São criadas obrigações não previstas em lei”, opina.

Corroborando com Silva o ex-ministro Almir Pazzianotto, ex-presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), para quem a maior necessidade atual é reinstaurar uma dose de confiança no investidor, tanto no micro e no pequeno quanto no médio e no grande. “Entre 2005 e 2015, passaram em torno de R\$ 145 bilhões pela Justiça do Trabalho, e isso não melhorou a condição da classe trabalhadora”, alerta. Segundo Pazzianotto, nos últimos cinco anos deram entrada na Justiça 18 milhões de ações trabalhistas, e por essa razão é preciso identificar onde está o problema e de onde surgem as dívidas. Isso porque a maioria dos processos que tramita na Justiça do Trabalho é daqueles que foram demitidos sem justa causa e receberam todas as verbas contratuais. “Hoje, no momento em que alguém assina a homologação, aparece um advogado do próprio sindicato oferecendo seus serviços e dizendo que a pessoa ainda pode ganhar mais sem pagar nada por isso”, diz. “Criou-se uma cultura da extorsão.”

A judicialização do trabalho não se restringe à iniciativa privada. Estatais como o Banco do Brasil (BB) e a Caixa Econômica Federal (CEF) aparecem no topo do ranking de empresas com maior número de processos trabalhistas. Elas figuram com destaque em lista divulgada pelo TST com cem empresas já condenadas pela Justiça a pagar indenização por violar direitos dos empregados. O BB ficou em segundo lugar, com 2.472 processos, e a Caixa, em quarto, com 2.117. Na 13ª posição, com 1.476 causas, está a Petrobras, também uma gigante estatal.

Outra mudança proposta é a flexibilização da jornada de trabalho, que passará a ser negociável entre patrões e empregados, desde que o limite máximo de 220 horas mensais e 12 horas

SOBRE A CLT

Decretada em 1º de maio de 1943, a CLT entrou em vigor em novembro daquele ano, em pleno Estado Novo, momento marcado por medidas populistas. No mesmo período, foi criado o Ministério do Trabalho, e o sindicalismo também crescia como reflexo da mobilização popular. Logo após seu decreto, começou uma discussão jurídica a respeito de sua natureza: seria mesmo uma consolidação ou um código, por também criar leis novas? Mas a CLT foi recebida como um avanço nas relações sociais e um passo para sua evolução econômica. Até o fim do século 20, sofreu alterações somente em tópicos específicos, como a remuneração das férias.

diárias seja respeitado; e a possibilidade de divisão das férias em até três períodos. Além disso, os contratos temporários deverão passar dos atuais 90 para 120 dias, prorrogáveis por igual período.

As alterações nas relações trabalhistas envolvem ainda contratos de terceirização. Lei sancionada recentemente pelo presidente Michel Temer permite que todas as atividades de uma empresa sejam repassadas a terceiros, acabando com a diferenciação da atividade-fim e da atividade-meio, que por sinal só existe no Brasil. Críticos temem que sua aprovação vá levar ao aumento da contratação de pessoas jurídicas pelas empresas, movimento que vem sendo chamado de “pejotização”. Na visão dos que apoiam a terceirização, a existência de uma lei sobre o assunto é fundamental para garantir segurança jurídica dos trabalhadores e dos empregadores. Também acreditam que, com a especialização do serviço, a produtividade aumentará. Eles argumentam que a nova norma ajudará na criação de vagas. O próprio ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, afirmou, à época de sua sanção, que a lei auxiliaria na contratação de trabalhadores. “Ajuda muito porque facilita na hora de contratar mão de obra temporária, facilita a expansão do emprego. Empresas resistem à possibilidade de aumentar vagas por causa de alguns aspectos de rigidez das leis trabalhistas”, disse, em coletiva de imprensa. Para o deputado Laércio Oliveira (SD/SE), relator do projeto da terceirização, além de incentivar contratações ao modernizar as regras trabalhistas, o texto cria uma lei específica sobre o assunto, o que aumenta a segurança jurídica. “Não é a solução definitiva para o desemprego, mas é um facilitador.”

MERCADO

Soma-se ao debate sobre estímulos ao mercado de trabalho o deteriorado quadro de empregos no Brasil, hoje abalado com mais de 13 milhões de pessoas desempregadas. Esse contingente atingiu recorde histórico na última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), batendo uma taxa de 13,2% no trimestre encerrado em fevereiro deste ano sobre o anterior. Na comparação anual, o porcentual é de 10,2%. A taxa de desemprego praticamente dobrou desde o primeiro trimestre de 2014, antes da crise econômica, quando era de 7,7%. De lá para cá, 6,9 milhões de pessoas entraram na fila do emprego no Brasil. Se já era oneroso manter um quadro de empregados, continuar com postos de trabalho ativos se tornou tarefa árdua aos empresários diante da recessão.

A construção civil, que se mantinha estável por causa de obras para grandes eventos, atingiu o menor patamar da série histórica, com 6,9 milhões de empregados, 1,1 milhão a menos do que no primeiro trimestre de 2014. Mesmo para quem ficou no mercado, as condições têm piorado: o número de trabalhadores com carteira assinada caiu 337 mil no trimestre, e 1,1 milhão na comparação com o mesmo período do ano anterior. Nos últimos meses, a situação começa a afetar

também os trabalhadores por conta própria, que vinham segurando a taxa de desemprego. São 1,1 milhão de pessoas a menos no trimestre encerrado em fevereiro.

“A economia tem desacelerado desde 2011 e encolheu quase 7% no acumulado entre 2015 e 2016, e o que gera emprego é o crescimento econômico”, afirma o professor da Fundação Dom Cabral, Paulo de Tarso Almeida Paiva, ex-ministro do Trabalho e do Planejamento do governo Fernando Henrique Cardoso. Foi ele o responsável pela elaboração do projeto de Lei da Terceirização em 1998, que tramitou no Congresso durante o governo de FHC e que foi aprovado agora. “Naquela época já havia a necessidade de ampliar as formas de contratação de mão de obra”, avalia.

Paiva recorda que, na década de 1990, o País também enfrentava crescimento baixo e os processos de produção exigiam novos contratos de trabalho, por tempo determinado, principalmente no meio rural, em razão da entressafra. “Agora, a Lei da Terceirização está mais precisa e vai além dos ciclos de crise da economia, ao reduzir a informalidade e acabar com a ilegalidade”, acredita. “Precisamos é acabar com esse ‘Fla-Flu político’ e pensar no que é melhor para o futuro do Brasil.”

Para o sociólogo José Pastore, especialista em relações laborais e presidente do Conselho de Emprego e Relações do Trabalho da FecomercioSP, as discussões em torno da modernização chegam com 30 anos de atraso. “É certo que a lei não cria empregos, mas a reforma modifica a estrutura, dando liberdade e segurança entre as partes para que as negociações tenham força de lei”, avalia. “Hoje existe medo de se contratar no Brasil porque é impossível calcular o passivo”, destaca. De acordo com Pastore, um primeiro passo é ter uma lei forte que deixe clara a prevalência do que for negociado entre as partes. O PL dá um primeiro passo nesse sentido porque fixa direitos rígidos da CLT, que poderão ser negociados de formas diferentes pelas partes. E uma vez fixada em acordo ou convenção coletiva, a vontade dessas partes não poderá ser modificada pela Justiça. “Isso deverá reduzir o número de ações trabalhistas”, acredita o sociólogo.

Discorda dessa tese o deputado Patrus Ananias (PT/MG), membro da comissão especial da reforma trabalhista, para



REFORMA TRABALHISTA

Proposta em discussão no Congresso pode mudar mais de cem itens da lei



JORNADA DE TRABALHO

Pode ser negociada direto com o empregador, mas com limite de até 220 horas/mês ou 12 horas/dia, mantendo a jornada de 44 horas semanais



INTERVALO

A jornada poderá ser reduzida para 30 minutos de descanso, no mínimo, se acordado mediante negociação coletiva



EXTRAS

As empresas poderão ter um banco de horas extras



FÉRIAS

Poderão ser divididas em até três vezes no ano



DESLOCAMENTOS

Quando o funcionário usar transporte da empresa, o tempo de percurso deixa de ser considerado como jornada de trabalho



CARREIRA

As negociações poderão tratar de plano de cargos e salários



LUCROS

As partes poderão negociar sobre participação nos lucros da empresa



IMPOSTO SINDICAL

Passa a ser opcional



HOME OFFICE

Está prevista a regulamentação de novas formas de contratação, como o trabalho remoto



ACORDOS

Tudo o que for negociado nos acordos coletivos e nas convenções coletivas prevalecerá sobre a legislação

“A MAIOR NECESSIDADE HOJE É REINSTAURAR NO INVESTIDOR UMA DOSE DE CONFIANÇA, TANTO NO MICRO E NO PEQUENO QUANTO NO MÉDIO E NO GRANDE. ISSO PORQUE ELES PERDERAM A CONFIANÇA NO SISTEMA”

ALMIR PAZZIANOTTO, ex-ministro do Trabalho e ex-presidente do Tribunal Superior do Trabalho

quem as ações podem até aumentar. Ele diz que a força da legislação trabalhista não é obstáculo às contratações no Brasil. Crítico da proposta, desconfia até dos efeitos positivos que o governo inclui entre as virtudes da flexibilização. Para Ananias, a transformação da economia brasileira, com peso menor da indústria e novas formas de ocupação, decorrentes, por exemplo, da tecnologia da informação, justificaria apenas alguns ajustes na CLT. “O que gera emprego é o crescimento econômico e o desenvolvimento regional.” Ex-diretor do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), o economista José Celso Pereira Júnior tem a mesma linha de pensamento e pondera que a melhora ocorrida entre 2001 e 2014 – antes da crise – só aconteceu graças à CLT e à Constituição vigentes, que viabilizaram os ganhos sociais. No período, 22 milhões de pessoas arrumaram ocupação, a renda mensal subiu 28% em termos reais, o número de empregados com carteira assinada passou de 45% para 57% e a desigualdade diminuiu.

O avanço do desemprego não é um fenômeno isolado do Brasil e tem sido registrado nas últimas duas décadas inclusive nos países ricos. É o que sugere uma publicação do Instituto de Estudos Avançados da USP, intitulada “As consequências do agravamento do desemprego no Brasil”. Segundo o documento, vários fatores justificam esse quadro. Entre eles está o próprio

desempenho das economias ricas, não tão forte como tinha sido no pós-guerra, e foi puxado não tanto pela indústria, mas pelo setor de serviços, que dispõe de uma qualidade diferente de trabalho, com menores salário e jornada. No plano internacional, indica várias transformações, como a desregulamentação e a mudança no Estatuto do Trabalho Nacional visando a flexibilizar o uso e reduzir o custo da mão de obra; a diminuição do emprego público; e as ondas de imigrantes da África e do Oriente Médio procurando emprego na União Europeia, de mexicanos indo para os Estados Unidos e até mesmo de pessoas de vários países latino-americanos e africanos buscando oportunidades no Brasil.

Discordâncias à parte, é consenso que a reforma não substitui a necessidade de investimento em vários setores da economia. Mas, se aprovada, vai contribuir para reduzir a insegurança jurídica da classe empresarial sem anular direitos já constituídos aos trabalhadores. A atualização de pontos da relação entre empregadores e empregados se mostra necessária, dado o imenso montante de litígios, conflitos entre capital e trabalho que há tempos não encontram boas soluções para ambas as partes mediante ação do Estado.

&

COMUNICAÇÃO PÚBLICA E DIREITO À INFORMAÇÃO

texto FILIPE LOPES

Numa sociedade democrática, as pessoas precisam ter acesso ao conhecimento para exercer plenamente sua cidadania. Mas os grupos que disputam o poder muitas vezes não consideram conveniente disseminá-lo, seja por questões políticas, seja por questões econômicas. Eles têm interesses que podem ser contrários aos da sociedade ou mesmo de grupos minoritários vulneráveis. O resultado é que nem sempre a mídia tradicional aborda os assuntos que mobilizam a população – que, por isso, não se vê representada pelos veículos na cobertura diária das notícias. Bons exemplos são as manifestações populares que vêm ocorrendo no Brasil desde 2013.

Nesse contexto, exerce papel de extrema importância a comunicação pública. Instrumento importante para o acesso a informações sem partidatismo, quando instituída com autonomia, independência financeira e controle da sociedade ela se torna indispensável para a construção da consciência nacional ao atender, simultaneamente, a dois direitos fundamentais das pessoas: o de saber e o de dizer.

No Brasil, apesar de assegurada pela Constituição Federal de 1988, a comunicação pública ainda engatinha. Os controles das mídias televisiva, impressa, radiofônica e até mesmo dos principais portais de notícias e entretenimento online estão nas mãos de tradicionais famílias, políticos e empresários. Essa realidade geralmente implica falta de espaço para assuntos de interesse público na programação diária das emissoras.

Existem cerca de 30 empresas de comunicação pública afiliadas à Associação Brasileira das Emissoras Públicas, Educativas e Culturais (Abepec), responsáveis por gerir emissoras de televisão, rádio e web. A mais representativa e responsável por repassar conteúdo para outras

emissoras públicas parceiras pelo País é a Empresa Brasil de Comunicação (EBC), criada em 2007. Ela gere as redes de televisão TV Brasil e TV Brasil Internacional, além da Agência Brasil (web), Radioagência Nacional e do sistema público de rádio, composto por oito emissoras. Também presta serviços para a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, produzindo o canal TV NBR e o programa de rádio *A Voz do Brasil*.

Já as principais emissoras de comunicação mantidas pelos governos estaduais e municipais estão na Região Sudeste, com destaque para a TV Cultura, em São Paulo, gerida pela Fundação Padre Anchieta e mantida pelo Governo do Estado, que compõe 80% de sua receita. Também se sobressai a Rede Minas, de propriedade do Governo do Estado de Minas Gerais.

DIREITOS * DESPESAS

A fragilidade econômica das empresas de comunicação pública, que dependem de verba governamental para sobreviver, é um dos principais entraves para o sucesso do modelo. A cada troca de governante, a quantia aumenta ou diminui conforme a vontade política. Em 2015, o governo paulista cortou 20% do dinheiro destinado à Fundação Padre Anchieta, resultando na demissão de 53 funcionários da TV Cultura. Em 2016, após o impeachment da presidente Dilma Rousseff, o governo de Michel Temer decidiu modificar o corpo executivo da EBC, demitindo muitos profissionais, inclusive seu presidente, Nelson Breve, no cargo desde 2011.

Para o professor do Departamento de Jornalismo e Editoração da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP), Luiz Fernando Santoro, “é interessante manter

os canais que mostram o que a mídia convencional não é capaz, como as atividades das câmaras municipais e federal, do Senado e de outros órgãos de fundamental importância para a vida do cidadão. Agora, explorar conteúdo variado como nas mídias convencionais é desperdício de dinheiro público”. Segundo ele, as emissoras públicas, educadoras e comunitárias devem focar suas atividades em programas especialmente voltados para a comunidade a qual atende. “A TV Cultura tinha muito sucesso entre as décadas de 1990 e 2000 pela produção de programas educativos para o público infantojuvenil, porém, tentou complementar a grade com projetos patrocinados para realizar produções que atraíssem outros públicos. A consequência foi um rombo enorme no orçamento, pois não há como competir com os outros canais”, afirma. Ele lembra ainda que a TV USP encerrou atividades por falta de recursos, pois mantinha uma programação variada, que pouca gente sabia que existia. Hoje, existe a transmissão de palestras e eventos que acontecem na universidade via internet, pelas redes sociais. “Acredito que este seja o caminho para as emissoras públicas no Brasil: focar no conteúdo específico para o seu público e utilizar a internet para aproximar e chamar as pessoas para acompanhá-los”, conclui o acadêmico.

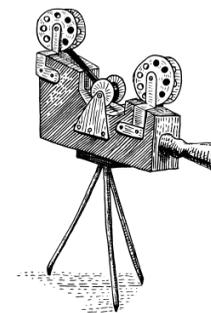
EXPERIÊNCIA INTERNACIONAL

Segundo o Projeto de Lei Orçamentário da União para o Exercício de 2017, a EBC tem à disposição aproximadamente R\$ 708,6 milhões para suas operações neste ano. Muito pouco se comparado à prestigiada British Broadcasting Corporation, a BBC de Londres, Inglaterra. Criada em 1922, é o maior caso de sucesso entre as emissoras públicas e conta com orçamento anual de 4,8 bilhões de libras esterlinas. É a segunda maior receita entre as emissoras inglesas, atrás apenas da companhia privada British Sky Broadcasting, que tem despesas operacionais de 5,9 bilhões de libras por ano. A maior parte da receita da BBC é oriunda da TV Licensing (“licença de televisão”), um imposto cobrado pelo governo inglês aos cidadãos pelo sinal aberto da TV local (em torno de 145 libras por residência) e responsável pelo repasse de 3,6 bilhões de libras ao ano à BBC. A emissora também conta com forte produção de documentários e conteúdos exclusivos que são vendidos para outras emissoras pelo mundo, que rendem 271 milhões de libras por ano.

COM DEZ ANOS DE EXISTÊNCIA, A EBC REABRE O DEBATE SOBRE A PARTICIPAÇÃO POPULAR NOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO, CADA VEZ MAIS REFÊNS DO RETORNO FINANCEIRO

Para o ex-presidente da EBC e consultor de comunicação, Nelson Breve, o modelo brasileiro de comunicação pública está mais próximo da Public Broadcasting Service (PBS) e da National Public Radio (NPR), redes de TV e rádio norte-americanas, do que da BBC de Londres ou da RAI italiana. “Nossas realidades política e geográfica são mais próximas dos Estados Unidos”, aponta. Já o modelo alemão, com o Agrupamento de Emissoras de Direito Público da Alemanha (ARD), que congrega nove canais públicos regionais com programação voltada para todo o país, é o mais interessante pela capacidade de alcance. “O orçamento deles também é de fazer inveja: cerca de 15 bilhões de euros por ano”, afirma.

Por definição, uma empresa pública não existe para dar lucro, mas é possível que ela consiga gerir suas receitas para sustentar as operações e remunerar seus funcionários. “É preciso capacitar e qualificar seus empregados para que ganhem expertise em vendas e distribuição de conteúdo para mercados nacionais e internacionais, captação de recursos incentivados para as áreas cultural, educacional, científica e de formação da cidadania e captação de patrocínio e publicidade institucional”, sugere Breve. “Também é necessário atuar política e judicialmente para que os recursos de origem pública sejam efetivamente incorporados ao orçamento da empresa”, conclui.



1922
Edgar Roquette-Pinto funda a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, estatizada no Estado Novo (1936) como Rádio Ministério da Educação, até hoje conhecida como Rádio MEC

1930
Estatização da Rádio Nacional

1967
Criação da Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa (FCBTV/MEC)

Entra no ar a TV Universitária de Pernambuco, primeira emissora educativa do Brasil

1969
Fundação Padre Anchieta cria a TV Cultura

1975
Criação da TV Educativa do Rio de Janeiro (TVE), incorporada em 2007 pela TV Brasil

1983
Criação da Rádio MEC FM

1984
Fundação da Rede Minas, emissoras de rádio e televisão do Governo do Estado de Minas Gerais

1995
MEC cria TV Escola

2007
Concepção da Empresa Brasil de Comunicação (EBC)

CONTEÚDO COMPROMETIDO

A independência editorial também é um assunto delicado dentro das empresas públicas de comunicação, pois sua programação comumente é definida por grupos de executivos ou políticos que não interagem de maneira efetiva com a população em geral, o que torna o que vai ao ar distante da necessidade pública. Até o início deste ano, a programação da EBC era definida pelo Conselho Curador, formado por representantes da sociedade civil. Entretanto, após a Lei nº 13.417/2017, passou a ser de responsabilidade do Comitê Editorial e de Programação, integrado por 11 profissionais indicados por entidades representativas da sociedade, com mandato de dois anos, sem recondução. A indicação do presidente da EBC continua sendo feita pelo presidente da República, mas ele perdeu a estabilidade de quatro anos e pode ser demitido a qualquer momento. As mudanças podem ser vistas como retrocesso em relação ao controle social e à independência. Ainda assim, Breve acredita que a importância da EBC para a comunicação pública no Brasil segue preservada, pois não houve alterações nos princípios e objetivos nem no modelo de financiamento.

O ex-presidente da EBC considera ainda ser necessária a separação da gestão da comunicação de prestação de serviços do governo federal da produção e distribuição dos conteúdos de comunicação estatal, também prevista na Lei da EBC. “A parte estatal deveria se fundir com a Imprensa Nacional, já a pública passaria para a supervisão do Ministério das Comunicações ou da Cultura”, diz Breve.

DE OLHO NO FUTURO

Enquanto a comunicação pública no Brasil ainda enfrenta obstáculos para se consolidar, as “vozes das ruas” se mostram cada vez menos influenciadas pela mídia tradicional. Isso aumenta a cobrança sobre as empresas públicas por conteúdos de qualidade, além de abrir espaço para meios alternativos de manifestação popular.

Segundo o professor Santoro, a TV Brasil tem a melhor programação do País. Todavia, sua maior audiência está em programas que despertam o interesse de professores, sociólogos e da academia. “O meio público foi criado para dar voz às pessoas, que antes da internet não tinham espaço. Só que hoje o meio digital ocupa esse papel com mais eficiência e de modo verdadeiramente democrático, permitindo que todo mundo se manifeste com pluralidade de opiniões em seus diferentes canais e redes sociais”, analisa.

A disparidade na audiência da TV Brasil também foi percebida pela gerência da emissora, que desde março fez alterações na sua programação e agora conta com mais de quatro horas de jornalismo ao vivo, com profissionais como Vera Barroso, Adalberto Piotto e Roseann Kennedy. A nova fase da emissora oferece uma programação organizada em temáticas especiais para cada dia da semana no seu horário nobre (a partir das 21h): às segundas-feiras, apresenta programas de opinião; às terças, de cultura; às quartas, de conhecimento; às quintas, de realidade; e às sextas, o assunto é diversidade. A emissora também passou a estimular uma maior interatividade com o público, com campanhas que acontecem na TV, nas rádios e nas novas mídias.

Para Breve, a EBC já se provou eficiente e independente e precisa continuar sendo levada a sério. “Nas eleições de 2014, não houve uma reclamação sequer sobre a cobertura da EBC, por quaisquer das candidaturas. Isso estabelece um referencial de cobertura, inclusive para as emissoras privadas. Programas e reportagens da TV Brasil, das rádios Nacional e MEC e da Agência Brasil foram premiados por instituições respeitáveis e reconhecidas nacional e internacionalmente”, aponta. Mas ele ressalva que a EBC e outras emissoras públicas nacionais precisam percorrer um caminho ainda longo para alcançar o padrão de uma BBC. “É provável que eu não esteja vivo para ver, mas tenho certeza de que um dia chegaremos lá”, conclui.

&

O PPI É O DESAFIO DA INFRAESTRUTURA

Ao mesmo tempo em que a deficiente infraestrutura brasileira representa um dos principais fatores explicativos da reduzida capacidade competitiva do produto nacional, o setor pode desempenhar um importante papel na retomada do crescimento econômico.

Nesse sentido, é importante observar que os investimentos em infraestrutura (como porcentagem do Produto Interno Bruto) vêm declinando sistematicamente ao longo dos últimos anos com a queda acentuada em 2015 e 2016 em função da crise fiscal. Enquanto os investimentos em infraestrutura no País atingem atualmente 1,8% do PIB, a média dos emergentes é de 5,2%. Há indícios de que tais investimentos não tenham sido suficientes para sequer repor a depreciação, isto é, o estoque de infraestrutura estaria se reduzindo.

Embora a carga tributária no Brasil tenha se elevado de 25% do PIB no início da década de 1990 para 34% atualmente, o crescimento desmesurado das despesas de custeio fez com que a poupança pública praticamente desaparecesse. Em outras palavras, o governo tem limitadíssima capacidade de investimento.

Diante da caótica situação das contas públicas, não restou outra alternativa para ampliar os investimentos em infraestrutura que não fosse por meio de concessões, privatizações e parcerias público-privadas (PPPs). É nesse contexto que deve ser destacada a importância do Progra-

ma de Parcerias de Investimentos (PPI), criado no primeiro dia do atual governo.

Uma análise do PPI mostra vários aspectos importantes: **a.** o programa partiu de um diagnóstico correto dos erros cometidos pelo governo anterior ao propor mais segurança jurídica e menos intervenção estatal, além de projetos mais realistas e taxas internas de retorno (TIR) definidas pelo mercado; **b.** a integração entre órgãos de controle e licenciadores é muito positiva na medida em que a atuação conjunta desses órgãos e a participação desde o início da elaboração dos projetos evitam que exigências posteriores travem a realização dos projetos; **c.** a crítica de que o PPI envolve apenas projetos antigos (aeropor- tos, ferrovias e rodovias) e relicitação de usinas hidrelétricas precisa ser mais bem avaliada. De fato, boa parte dos projetos é do governo anterior, mas as condições das concessões estão muito mais atrativas do que antes e, além disso, há novidades como os leilões de petróleo e gás e as companhias estaduais de água e esgoto.

Mesmo considerando as peculiaridades do leilão dos aeroportos (ausência de empresas brasileiras, fundos de pensão e Infraero, recessão que fez com que os aeroportos ficassem “devido” movimento e pequeno número de participantes estrangeiros), pode-se dizer que foi um sucesso. O resultado do leilão cria um ambiente mais favorável aos investimentos em infraestrutura, demonstra a atratividade dos ativos para investidores de longo prazo e transmite uma mensagem positiva para aos próximos projetos.

Embora o governo esteja cumprindo os prazos previamente estabelecidos (o que é fundamental para dar credibilidade ao PPI), a agilização e a ampliação dos projetos trariam impactos positivos sobre as expectativas e sobre o nível de atividade econômica. Não é uma tarefa fácil, em função da multiplicidade de órgãos envolvidos, mas é um desafio entre vários que o PPI vai enfrentar (risco cambial, piora das projeções de demanda em função da crise econômica, envolvimento de grandes empresas na Operação Lava Jato etc.).

Finalmente, vale observar que, além de uma eficiente gestão, o sucesso do PPI estará também condicionado à consolidação dos fundamentos macroeconômicos do País. Daí a importância da aprovação das reformas, notadamente a da Previdência.



ANTONIO LANZANA
é copresidente do Conselho de Economia, Sociologia e Política da FecomercioSP

&



MASTER IN BUSINESS ADMINISTRATION

Parcerias Público-Privadas e Concessões

FAÇA PARTE DE UM TIME DE SUCESSO



Participe do primeiro MBA em PPP e Concessões no Brasil

Torne-se um especialista em PPP e Concessões e esteja pronto para as oportunidades do mercado brasileiro de infraestrutura.

O MBA PPP oferece um Módulo Internacional na mundialmente reconhecida London School of Economics and Political Science (LSE), com tradução simultânea no idioma nacional.

Nosso corpo docente é formado pelos maiores especialistas nacionais e internacionais no setor, oferecendo uma formação integral para que os nossos alunos estejam habilitados a elaborar programas e projetos que gerem impacto econômico e social.

O MBA PPP e Concessões, pioneiro no país, foi implementado em 2016 aliando o conhecimento de renomadas instituições e é o resultado da parceria entre a Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP), a LSE Enterprise e a Rede PPP.

Formação com Qualidade

O curso combina rigor acadêmico e forte viés prático, permitindo a transmissão de conteúdo de alta qualidade com aplicação direta no cotidiano dos participantes. Soma-se a isso o objetivo da Rede Intergovernamental para o Desenvolvimento das PPPs (RedePPP) de assegurar padrões de qualidade nos procedimentos e normas relacionadas às PPPs.

Inovador e Global

O MBA PPP e Concessões inova ao ser o primeiro curso do gênero cobrindo o Brasil na modalidade Educação a Distância (EAD), atendendo a uma crescente demanda do mercado nacional de infraestrutura pública e privada. Possui um caráter global, incluindo a realização de Módulo Internacional em Londres, na LSE.

Colaboração e Eficiência

A participação da RedePPP como realizadora do MBA assegura que estruturadores e gestores públicos de PPPs tenham acesso ao curso e possam, de maneira colaborativa, contribuir para a construção de um mercado mais maduro, sólido e preparado.

Curso na modalidade EAD - Educação a Distância

Matrículas abertas, acesse www.mbappp.com

Informações e Matrículas: 11 2639 7779 – 11 3123 7800 (rm 938) – contato@mbappp.com

Realização





LUÍS ROBERTO BARROSO

O ministro do Supremo Tribunal Federal defende a restrição drástica do foro privilegiado e a criação de vara federal especializada para julgar processos das autoridades que contam com essa distinção

entrevista GUILHERME BAROLI | fotos FABIO NICOLODI

O Supremo Tribunal Federal (STF) nunca esteve tão exposto à mídia e solicitado como nos dias que correm. Uma das razões é o volume de processos de autoridades com foro privilegiado envolvidas nas apurações de corrupção da Lava Jato. “Nunca ninguém imaginou que fosse haver simultaneamente 500 processos criminais no Supremo contra parlamentares, e isso porque ainda não começaram os processos da delação da Odebrecht”, afirma Luís Roberto Barroso, um dos 11 ministros que compõem o STF. O desafio gigantesco, no entender de Barroso, põe em xeque a reputação da Suprema Corte. “É uma situação tão inusual e atípica que levou o sistema a uma posição quase falimentar, da incapacidade de o Supremo fazer isso bem-feito”,

observa. “O STF tem que tirar isso do seu colo, traz desgaste, traz uma politização indesejada”, destaca.

Para Barroso, é essencial que a política se requalifique e retome o seu lugar, permitindo que o STF volte “a uma posição de mais autocontenção e intervenção apenas pontual na proteção dos direitos fundamentais e defesa das regras do jogo democrático”. Otimista, ele acredita que o momento que atravessamos pode levar a uma mudança de paradigma. “Não podemos deixar que isso vire uma ‘pizza’ e passar a mensagem de que todo esse esforço foi em vão.” Análises precisas como essas e outras reflexões são compartilhadas pelo ministro Barroso nesta entrevista concedida à plataforma UM BRASIL e divulgada com exclusividade à **Problemas Brasileiros**.

Como o senhor avalia o protagonismo que o Supremo Tribunal Federal (STF) assumiu no atual momento histórico brasileiro?

Numa democracia, as decisões políticas devem ser tomadas no Congresso. Temos, no entanto, vivido um momento difícil na representação parlamentar brasileira, um pouco porque o sistema político é muito ruim, um pouco porque os mecanismos de financiamento eleitoral revelaram desmandos de ordens diversas. Portanto, estamos vivendo um problema de ilegitimidade democrática e até de credibilidade, em alguma medida, das instituições representativas. Isso fez com que o Supremo tivesse ocupado um papel que só pode ser circunstancial. A política requalificada deve reocupar o seu espaço e o Supremo voltar a uma posição de mais autocontenção e intervenção apenas pontual nas matérias que cabe a ele atuar, proteção dos direitos fundamentais e defesa das regras do jogo democrático.

Esse excesso de ações que chegam ao Supremo poderia ser decorrência da dificuldade de interpretar a Constituição?

Não. Parte da visibilidade que o Supremo tem é pelo desempenho de uma competência que não deveria ter, que é a de funcionar como um tribunal criminal para as pessoas que têm foro por prerrogativa de função. Ainda que tivesse uma inspiração original aceitável, dar proteção institucional à autoridade política, ninguém nunca imaginou que fosse haver simultaneamente 500 processos criminais no Supremo contra parlamentares. Sou um defensor da restrição drástica do foro privilegiado. O Supremo tem de tirar isso do seu colo, traz desgaste, traz uma politização indesejada. As questões verdadeiramente constitucionais devem evidentemente continuar no Supremo, mas também precisamos de um choque de modernização no modo como ele seleciona os processos que vai julgar.

O senhor caracteriza o foro privilegiado com a expressão "resquício aristocrático"...

Resquício aristocrático é aristocracia, é um pouco uma forma de organização política em que alguns são melhores do que os outros. E o foro privilegiado acabou sendo isso. Pior, um privilégio pela impunidade. Quem ampliou o foro privilegiado no Brasil foi o regime militar, com a Emenda nº 1 à Constituição de 69, outorgada pelos ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica, três senhores, creia em mim, insuspeitos de exageros progressistas.

O senhor defende a manutenção do foro privilegiado para quem?

É preciso saber o que se vai colocar no lugar do foro privilegiado. Há três ideias na mesa. A primeira é a de enca-

minhar quem hoje tem foro para a Justiça estadual, como respondem os cidadãos comuns. A desvantagem é que não vai diminuir a sensação de impunidade, porque na Justiça estadual as lideranças políticas locais são muito influentes, ou, eventualmente, podem ser perseguidas. Quer dizer, o julgamento onde o político tem a sua base pode significar para ele proteção ou perseguição.

Como resolver essa limitação?

A solução que propus foi a criação de uma vara federal especializada, em Brasília, de primeiro grau, que ficaria encarregada de todos os processos que hoje envolvem autoridades com foro por prerrogativa. Um juiz com quantos auxiliares fossem necessários, escolhido pelo Supremo, com um mandato de quatro anos, ao fim dos quais ele seria automaticamente promovido por seu tribunal, que é para não dever favor a ninguém.

Por que o senhor defende essa fórmula?

Primeiro porque passa para um campo neutro. Brasília é bem longe do Brasil. Daria uma certa imparcialidade e independência a esse juiz. Segundo, você teria uniformidade no tratamento. Seria muito ruim alguém ser condenado no Rio Grande do Sul e outro ser absolvido no Acre pelo mesmo fato. E terceiro porque, embora o foro tenha produzido muitos abusos, acho que quem se dispõe a entrar na vida pública deve ter algum grau de proteção institucional. Quem fica exposto publicamente e contraria interesses está sujeito à retaliação, de modo que a concentração de uma vara em Brasília daria uma certa proteção institucional para a autoridade.

Qual seria a terceira saída?

É ir para a Justiça comum, mas federal, dos Estados. Troco o fim do foro por qualquer uma das três ideias que estão na mesa, mas acho que a criação de uma vara especializada é melhor para o País, para a Justiça e para os políticos.

A restrição do foro pode acontecer num curto espaço de tempo?

O trem saiu da estação, não saberia dizer exatamente quando ele vai chegar. Se a presidente [do STF] pautar essa discussão, tenho uma proposta encaminhada ao plenário de, independentemente de emenda constitucional, por interpretação se limitar o foro aos fatos praticados pelo parlamentar no exercício do mandato e em razão do mandato parlamentar. Portanto, se o fato foi praticado antes, quando ele era um cidadão comum, ou era prefeito, a competência não é do Supremo. Se for Lei Maria da Penha, não tem por que vir para o Supremo; se for falsidade ideológica na celebração de uma escritura pública, também não.

”

Você dá protagonismo ao dinheiro e faz com que o desonesto, que usou caixa 2, tenha vantagem competitiva sobre o honesto, que não o utilizou. Em certos casos, o caixa 2 é mais grave que a corrupção porque fraudava o sistema democrático



Segundo uma pesquisa da Fundação Getúlio Vargas (FGV), 93% dos casos deixariam de ser competência do STF se essa jurisprudência fosse aplicada.

A Justiça como um todo está cheia de processos. Seria uma judicialização da vida?

Há dois tipos de judicialização: quantitativa e qualitativa. A quantitativa é essa que produziu cem milhões de processos, o que significaria que um em cada dois brasileiros estaria em juízo. A verdade é que não é assim, porque essa judicialização é concentrada em alguns *players*, tanto do setor público (como o INSS) quanto do setor privado (como as empresas de telecomunicações e bancos), para citar os mais concorridos. Ela tem algumas facetas positivas: as pessoas passaram a ter mais consciência dos seus direitos, e isso revela uma certa credibilidade no Poder Judiciário. A face ruim é que o Judiciário é uma instância patológica da vida, um lugar de briga, de disputa, de litígio. Essa não pode ser a forma normal de uma sociedade viver. A gente deve resolver os conflitos administrativa e amigavelmente.

Há saídas para isso?

Esse problema tem de ser equacionado com a criação de uma cultura de menor litigiosidade. Acho que o futuro advogado de sucesso vai ser aquele que saiba negociar e levar às instâncias próprias de arbitragem. O problema é que para isso funcionar você precisa de duas partes de boa-fé que tenham um problema. Se uma das partes estiver de má-fé, o Judiciário consegue procrastinar aquilo indefinidamente.

Qual seria a judicialização qualitativa?

É essa que leva, em última análise, para o Supremo a decisão sobre questões políticas,

institucionais, éticas e econômicas decisivas para o País. Isso está associado a um momento de relativo desprestígio da política e do Poder Legislativo, e se resolve com reforma política e o restabelecimento desse prestígio. O grande problema é que as mudanças que o Brasil precisa, para serem feitas democraticamente, têm que passar pelo Congresso. Em última análise, você precisa do apoio das pessoas que vão ser afetadas pela mudança para promover essas mudanças.

O Brasil tem uma tradição que vem muito forte do Direito Romano, mais ritualizado e cheio de etapas. Em contrapartida, os promotores que estão envolvidos na Lava Jato têm uma tendência de seguir o Direito anglo-saxão, mais pragmático. Podemos dizer que isso tem a ver com a velocidade das condenações nos processos do Mensalão e da Lava Jato?

Comparar o prazo de jurisdição e de juízes de primeiro com o do funcionamento do Supremo é mais ou menos como fazer isso com uma McLaren da Fórmula 1 e um Fusca antigo, simplesmente porque o motor é diferente. O motor, nesse caso, é o tipo de procedimento que você usa para impulsionar o processo. No Supremo, instaura-se o inquérito, que é conduzido pelo procurador-geral da República, com menos estrutura para tocar essa quantidade de processos do que o primeiro grau. O procedimento se abre com uma defesa prévia do acusado; se não houver nenhum incidente, vai para o relator, que precisa fazer um longo voto de recebimento da eventual denúncia; depois, vai para a turma, em que mais quatro vão votar, ou ao plenário, em que mais dez vão votar. No Supremo, você leva um ano e meio para receber uma denúncia. O juiz de primeiro grau leva 48 horas, porque



Judiciário é uma instância patológica da vida, um lugar de briga. Não pode ser a forma normal de uma sociedade viver. O problema tem de ser equacionado se criando uma cultura de menor litigiosidade

sua decisão é assim: recebo a denúncia, cite-se. O STF deveria ser igual ao primeiro grau, deixar o recebimento da denúncia com o relator: recebo, toque-se o barco.

Como podemos melhorar a velocidade da Justiça?

Recentemente propus isto: ao receber o processo, o juiz cita a outra parte, cível ou criminal, recebe a defesa ou a contestação. Nesse momento, ele vai fixar a data em que dará a sentença. E aí dirá: “Partes, produzam as provas, porque no dia 24 de outubro vou levar esse processo concluso para sentença. Ouçam testemunhas, produzam perícias”. É preciso reduzir o oficialismo no processo. E no Supremo tinha de se instituir um modelo de tribunais constitucionais mundiais. A Corte seleciona, de acordo com a sua capacidade de julgar no ano, os processos que vai receber. Se recebe mais processos em repercussão geral do que pode julgar, todos os outros daquele tema ficam suspensos na origem. Se você leva quatro anos para julgar, atravancou a Justiça do País. Quando entrei no Supremo, fiz a conta: precisava de 12 anos para julgar todas as repercussões gerais que tinham sido dadas.

De que maneira isso poderia ser equacionado?

Minha proposta é selecionar os 20 casos mais importantes de repercussões gerais por semestre, enquanto não acabar o estoque. O que acontece com o resto? Acaba. Transita em julgado, não foi selecionado para repercussão geral. Já teve duas instâncias, pelo menos, de julgamento. Mas os 20 que você selecionou em junho, por exemplo, serão julgados: a Repercussão Geral nº 1 no dia 2 de fevereiro, primeiro processo da pauta; a nº 2, na semana seguinte. Com isso, você desatranca o que suspendeu, porque vai julgar a tempo e a hora. E nos outros espaços da pauta do plenário, você vai julgando as repercussões gerais atrasadas, as ações diretas, enfim, na medida do possível.

Caixa 2 é crime ou erro?

É crime eleitoral, falsidade ideológica eleitoral, tanto que estão falando em descriminalizá-lo. Alguém dirá: mas é diferente de corrupção? Pode ser. Frequentemente, ambos

vêm de braços dados. Mas as duas coisas são infrações de natureza criminal. Você dá um protagonismo ao dinheiro e faz com que o desonesto, que usou o caixa 2, tenha uma vantagem competitiva sobre o honesto, que não utilizou. Portanto, em certos casos, e não na maioria, o caixa 2 é mais grave do que a corrupção porque fraudada o sistema democrático, a manifestação de vontade do cidadão.

Do que o senhor mais se orgulha e mais se decepciona no País?

Nesses 30 anos de democracia, o Brasil conseguiu resultados extraordinários, estabilidades institucional e monetária, uma inclusão social relevante. Derrotamos uma ditadura, a inflação e a pobreza extrema, adversários que pareciam invencíveis. A educação está ruim? Está, mas nós conseguimos universalizar ensino fundamental e estamos no processo de universalizar o ensino médio. Sou otimista em relação ao País. Espero que o momento devastador pelo qual estamos atravessando seja uma mudança de paradigma. A vida é feita de incentivos e riscos. Se você tem risco real de ser punido, prefere ser honesto. Estamos ensinando às novas gerações que ser honesto é melhor do que ser desonesto, que há consequências negativas para a desonestidade. Não podemos deixar que isso vire uma “pizza”, porque senão vamos passar a mensagem de que todo esse esforço foi em vão, e que vamos continuar sendo liderados pelos piores. Precisamos atrair os bons para a vida pública.

&

UM BRASIL é uma plataforma multimídia composta por entrevistas, debates e documentários com grandes nomes dos meios acadêmico, intelectual e empresarial.

O conteúdo desses encontros aborda questões importantes sobre os quadros econômico, político e social do País.

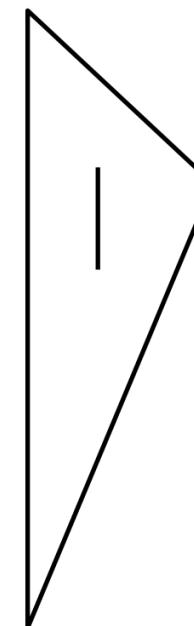
O material está disponível gratuitamente para meios acadêmicos, instituições, fundações e outras organizações que desejem promover e aprofundar a discussão sobre o Brasil.

Saiba mais em www.umbrasil.com



LIBERDADE CRIATIVA OU MORDAÇA SOCIAL?

texto MARLEINE COHEN



Desde os seus primórdios, o grafite carrega no DNA uma ideia de não conformidade. Grafitar é, em resumo, escrever ou desenhar em lugar impróprio – algo que os jovens norte-americanos faziam nas décadas de 1960 e 1970, ao transformar os vagões dos trens que os levavam dos subúrbios para os centros urbanos em espécies de galerias de arte abertas a todos. Com formas anárquicas, eles reivindicavam o direito à cidadania, uma manifestação que as autoridades de Nova York logo interpretaram como subversiva. A recente ofensiva da Prefeitura de São Paulo contra grafiteiros e pichadores despertou o debate sobre os limites da *street art*. E pelo mundo afora, como a gestão pública encara a arte de rua?

“O pichador é um homem de 35 anos. Foi detido na tarde desta sexta-feira (27/1/2017) ao pichar um viaduto na Praça Soichiro Honda, em Moema, zona sul de São Paulo. Policiais militares realizavam ronda na Avenida 23 de Maio, quando avistaram o indivíduo com uma lata de spray no viaduto. Em abordagem, o autor da infração alegou que fazia uma intervenção artística a fim de reservar o espaço que lhe pertencia. Segundo uma testemunha, o artista estaria fazendo um documentário sobre o tema. O autor foi questionado se possuía autorização para fazer a intervenção e informou que não havia conversado com os setores responsáveis pela autorização. O homem e a testemunha foram encaminhados para a delegacia. O material apreendido foi encaminhado para a perícia, assim como foi requisitado para o local dos fatos o Instituto de Criminalística. O caso foi registrado como pichar ou por outro meio conspirar edificação ou monumento urbano, no 2º Departamento de Polícia de Proteção à Cidadania. O rapaz foi liberado após assinar termo circunstanciado.”

O relato, divulgado pelo Departamento de Comunicação da Secretaria da Segurança Pública no calor do embate que opôs a administração

João Doria (PSDB) e os grafiteiros e pichadores no início do ano, espelha quanta dicotomia pode haver em torno do tema. Não fosse uma repartição pública, a reprodução dos fatos provavelmente se daria em outro tom: munido de vassoura, balde d'água e uma lata de tinta, Mauro Sérgio Neri da Silva, de 35 anos – o *Veracidade*, um dos mais conhecidos grafiteiros da cidade –, tentava restaurar um de seus trabalhos, que havia recebido uma demão de tinta cinza na semana anterior por ordem da prefeitura, quando foi abordado por policiais militares que passavam pelo viaduto do complexo viário João Jorge Saad, em Moema, e conduzido para o 36º Distrito Policial do Paraíso e, em seguida, para a Divisão de Investigações sobre Infrações de Maus Tratos a Animais e Demais Infrações Contra o Meio Ambiente, do Departamento de Polícia e Proteção à Cidadania. Detalhe: o trabalho do grafiteiro havia sido autorizado nos viadutos do Cebolinha e financiado pelos cofres públicos na gestão Fernando Haddad (PT). Mais: autuado por pichação de edificação urbana, delito enquadrado na Lei dos Crimes Ambientais e punido com detenção de três meses a um ano, Neri da Silva participava das gravações de um programa sobre *street art* para uma emissora de televisão espanhola no momento em que foi detido. Glamour e cassetete, holofotes e camburão – uma mistura explosiva para os artistas de rua.

Sob o pretexto de revitalizar áreas degradadas do patrimônio público, Doria declarou “tolerância zero” contra pichadores, mas acabou comprando uma briga com grafiteiros e muralistas ao cobrir de tinta cinza os redutos mais expressivos da arte de rua paulistana, em especial os 15 mil metros quadrados de paredes grafitadas da Avenida 23 de Maio, considerada o maior museu a céu aberto da América Latina. O véu de cor uniforme que cobriu formas irreverentes, mensagens sarcásticas ou poéticas e cenários lúdicos representou, para muitos, uma incômoda mordada social e despertou novamente a discussão acerca da liberdade de expressão e dos limites da autoridade municipal.

DESAPROVAÇÃO

A cruzada do prefeito contra pichadores despertou vozes da cidade há muito adormecidas: uma das reações mais peremptórias foi esboçada pelo juiz da 12ª Vara de Fazenda Pública de São Paulo, Adriano Marcos Laroça, que imediatamente proibiu a prefeitura de continuar apagando as obras existentes na capital paulista. Sob o argumento de que o governo tem obrigação de proteger e fomentar as manifestações culturais, populares ou elitizadas, Laroça inculpou os mentores da iniciativa de não terem consultado antes o Conselho Municipal

de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental de São Paulo (Conpresp): “Não fosse o caráter de bem cultural do grafite, que merece preservação e fomento do Poder Público, razão teria o município de remover tais inscrições do espaço urbano público sem prévia manifestação e diretrizes do seu órgão técnico ligado à cultura”, sentenciou. A consulta ao Conpresp em casos semelhantes é definida pela Lei Municipal nº 10.032/85, que, em seu artigo 2º, inciso IV, define ser uma das atribuições do órgão a “preservação e valorização da paisagem, ambientes e espaços ecológicos importantes”.

A repercussão negativa também fez redemoinho entre movimentos populares, advogados, promotores de Justiça, acadêmicos e, claro, os próprios artistas. A Central de Movimentos Populares criticou a faxina em tons de cinza e considerou “um absurdo querer que a cidade tenha uma única cor e impedir manifestações artísticas e culturais”. Sob o argumento de que “arte não combina com proibição”, o promotor de Justiça e mestre em Direito Público Eudes Quintino de Oliveira Júnior ponderou que “aquilo que é prazeroso para os olhos e que tem aptidão para encantar as pessoas, transportando-as para um ambiente harmônico, onde poderão fazer livremente suas incursões no imaginário oferecido, não merece ser reprimido penalmente”. Admitindo, de seu lado, que “o grafite é uma atividade que pode ferir o direito civil das coisas”, o advogado Marcelo José Nowaski Ribeiro defendeu, todavia, que “ele não pode ser alvo da censura, ou da total proibição, haja vista que se trata de um ato artístico”.

“Nunca me senti tão violentada quanto quando vi a Avenida 23 de Maio toda cinza. A sensação é de que tinham destruído uma floresta, um parque. Não havia nada de desrespeitoso naquelas imagens. Era lúdico, era um percurso por imaginações de artistas diversos que haviam sido, aliás, convidados pela própria administração municipal anterior para produzir esses grafites”, replica a professora do Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo e vice-coordenadora do Grupo de Antropologia Visual (Gravi-USP), Rose Satiko. Já o antropólogo social e professor da Fundação Cásper Líbero, Vítor Grunvald, trata de dissociar arte de rua e marginalidade. “A ideia de que pichação seria vandalismo parte do pressuposto de que seu único objetivo é o de destruir. No entanto, se escutarmos atentamente e sem preconceitos o que dizem as



Folhapress/Folhapress

Trabalhos entre as Avenidas Paulista e Dr. Arnaldo, em São Paulo (SP): forma de intervenção na paisagem urbana que alimenta forte polêmica

peçoas que a praticam, como o fizeram diversos estudos sobre o tema, perceberemos que não se trata de pura destruição. Muito pelo contrário, a maioria das pessoas que a pratica é jovem de periferia que entende essa forma de intervenção urbana como uma maneira de atuação social na realidade em que vivem. E se levarmos a sério essa perspectiva, a pichação está mais próxima da noção de cidadania do que a de vandalismo.”

QUESTÃO SOCIAL

Vandalismo, agressão, rebeldia, marginalidade. A polêmica em torno da *street art* se origina justamente na interpretação que se pode dar à postura de um jovem empunhando pincéis e tintas, disposto a alterar a paisagem urbana. Em conferência está não só o fato de essa intervenção ter o aval das autoridades municipais ou estar sendo executada à revelia da lei, como também há um certo senso de propriedade envolvido. “Desde que exista aquiescência, em local público ou particular, a iniciativa não pode ser considerada infração”, resume o promotor Oliveira Júnior. Entre muitos exemplos, ele arbitra: “Em casa tombada, monumento público e fachada de imóvel particular não pode. Lugar considerado de domínio público, como túneis, viadutos ou muros, pode”.

“Cada artista tem seus motivos para grafitar: uns precisam da adrenalina e do que é proibi-

do, outros querem tornar a sua arte acessível ao grande público. Eu gosto de trabalhar sobre muros deteriorados para dar um senso estético comunitário à cidade, e prefiro fazer isso com autorização prévia”, explica o grafiteiro Dan Mabe, ao falar sobre a destinação que dá ao seu cão humanizado, mascote dos grafites, que produz não só em São Paulo como também em Portugal, na Alemanha e na Inglaterra.

É justamente quando a discussão leva em conta a anuência do Poder Público ou não, que o que era mera manifestação estética passa a ganhar um eventual status de contravenção social e entra em jogo a diferença entre grafite e pichação. Por vezes também a essas duas propostas soma-se uma terceira, mais diferenciada ainda – a do mural, com a ressalva que quem o faz é Cândido Portinari, e raramente alguém mais. “Quando se gosta, chama-se grafite. Quando se gosta muito, chama-se mural; e quando não se gosta, chama-se pichação”, resume Neri da Silva, para quem é importante entender as razões que levam os jovens a praticar intervenções em imóveis públicos e privados. “A pichação começa na escola, na qual o jovem, reprimido, começa rabiscando a carteira para, depois, rabiscar as paredes. A metrópole tem, portanto, o que merece: se está vandalizada, merece educação”.

Para o juiz Laroça, “enquanto o grafite representa uma pintura mais elaborada e complexa, multicolorida, envolvendo diversas técnicas e desenhos, que busca transmitir uma informação ou opinião, a pichação, que remanesce na legislação brasileira como vandalismo, é caracterizada pelo ato de escrever palavras de protesto ou insulto, assinaturas pessoais ou de gangues em muros, fachadas de edifícios, monumentos e vias públicas, geralmente com o uso de tinta preta”.

Na visão do antropólogo Vítor Grunvald, a distinção entre grafite e pichação é social, e não de natureza estética. “Primeiro, a sociedade nega a algumas pessoas as formas de ação social consideradas legítimas e, depois, quando outras formas são buscadas, essa mesma sociedade as condena, reproduzindo infinitamente uma exclusão da qual parece não haver saída justificável”, denuncia. Em outras palavras, enquanto

um é decifrável e tolerado, o outro acontece na ilegalidade, entre jovens à margem da sociedade, e não passa de garatujas incompreensíveis – portanto, sem valor estético –, que enfeiam a cidade e opõem gangues que disputam entre si o espaço urbano.

“A questão não é discutir se o governo tem obrigação de acolher e proteger toda manifestação artística, mas entender que essas manifestações são consideradas legítimas e podem ser acolhidas e incentivadas por meio de programas públicos de financiamento, e quais outras são marginalizadas dentro do quadro institucional”, prossegue Grunvald. Denunciando não mais uma mera intervenção, mas “um controle social mais amplo, feito em relação a algumas expressões, e não em relação a outras”, o antropólogo acredita que essa lógica reflete nada mais do que um princípio de diferenciação de classe. “As artes das classes média e alta são consideradas legítimas e desejáveis, enquanto as expressões das classes populares são desvalorizadas e até censuradas com base na ideia de que são vandalismo, e não manifestações artísticas.”

PELO MUNDO

Nos Estados Unidos, durante as décadas de 1960 e 1970, surgiu a febre de escrever a lápis ou canivete nomes e frases em mesas de bares e portas de banheiros, as famosas *tags* – tendência que os jovens operários franceses e alemães logo assimilaram. Ainda na mesma época, na Europa,

as tintas em aerossol se transformaram em ferramenta preferencial para divulgar mensagens políticas em público.

É nesse contexto que as intervenções urbanas desembarcaram no Brasil, no fim da década de 1960. Designadas de “pichações”, tinham conteúdo essencialmente político e representavam o bastão da resistência contra a ditadura militar.

Resistir também está impresso no código genético da grafiteagem. Ao longo do tempo, em todo o mundo se perpetuou a ideia de duas forças em confronto – sectarismo e tolerância, inclusão e marginalidade, reconhecimento e censura –, e os exemplos recobrem todo o planeta. Bogotá, na Colômbia, por exemplo, tornou-se vitrine internacional do grafitismo, apesar de ele ainda ser proibido, graças a um incidente que mudou a visão política das autoridades sobre o assunto: a morte de um garoto de 16 anos, que perdeu a vida quando policiais o atingiram pelas costas ao confundir-lo com um assaltante. Seu crime? Levava uma lata de aerossol na mochila.

Hoje, a cidade pousou as armas contra os seus artistas de rua. A polícia faz vista grossa, permitindo que eles trabalhem livremente em plena luz do dia, e os donos de muros chegam a incentivá-los e, por vezes, contratá-los. Resultado: Bogotá é alegre e colorida. *Pez*, um grafiteiro originário de Barcelona que já expôs trabalhos em galerias de arte de Nova York, Paris e Londres, Amsterdã, Tóquio e Oslo, cobriu o centro urbano com a sua mascote, um peixe sorridente. *Guache*, codinome usado por Oscar Gonzáles, produz desenhos que mesclam tradições indígenas e diversidade nas suas mensagens universais em defesa da preservação do planeta. Já *DILu* prefere o “olho no olho, dente por dente” numa cidade que ainda prima pela violência: as metralhadoras que invariavelmente permeiam suas obras, e já foram indevidamente utilizadas pelas Farc, confrontam arte e política.

Outras cidades pelo mundo são verdadeiras galerias de arte a céu aberto. É o caso de Bristol, na Inglaterra, onde a arte de rua é permitida legalmente e dá lugar a um festival anual de grafite. Valparaíso, no Chile, também preserva trabalhos de grafiteiros em quase toda esquina e incentiva os jovens a desfrutar desse “destino hipster”. O Hosier Lane, em Melbourne, é ponto turístico da Austrália que não se deve perder. Nessa ladeira multicolorida, o embate entre a legalidade e a marginalidade foi tão acirrado

Distinção entre grafites como os do Spirit, que marcaram muros no centro de São Paulo, e pichação é social e não estética



“A PICHÇÃO COMEÇA NA ESCOLA, NA QUAL O JOVEM, REPRIMIDO, COMEÇA RABISCANDO A CARTEIRA PARA DEPOIS RABISCAR AS PAREDES. A METRÓPOLE TEM, PORTANTO, O QUE MERECE: SE ESTÁ VANDALIZADA, MERECE EDUCAÇÃO”

MAURO SÉRGIO NERI DA SILVA, o grafiteiro *Veracidade*

que, em um belo dia, as autoridades locais simplesmente decidiram legalizar a atividade.

Há cidades, no entanto, que ainda mantêm a ordem de não grafitar em locais públicos. É o caso, por exemplo, de Zurique, na Suíça, onde empresas especializadas em remover pinturas da paisagem urbana tratam de cumprir a tarefa em, no máximo, 24 horas. Berlim, na Alemanha, também persegue seus artistas urbanos e considera o grafite um problema social de forte influência sobre a formação cultural dos jovens.

Mas muito além da anuência ou não das autoridades, o grafite pode adquirir um novo papel quando se tenta projetar a função da arte de rua na vida das megalópoles, no futuro.

Nas ruas de Alexandria, Saná ou Amã, por exemplo, as mesmas paredes que estampam as diferenças de gênero no mundo árabe permitem dar visibilidade a mulheres oprimidas. Essa é a missão do Sit al-hita (“Mulheres das Paredes”, em dialeto árabe egípcio), um grupo de 60 grafiteiras surgido em 2003, que pintam muros para divulgar mensagens feministas ou contrárias ao regime político, ou, ainda, em homenagem às vítimas da repressão. Os exemplos vão desde líderes amordaçadas até simples borboletas multicoloridas. Em Covilhã, Portugal, o Projeto Lata 65, instituído em 2012,

tem como objetivo democratizar a arte de rua e promover workshops de grafite especialmente voltados para a terceira idade. A iniciativa chegou a despertar a curiosidade de algumas prefeituras no Brasil.

Há, por fim, na cidade de Montpellier, na França, a proposta de substituir outdoors e outras ferramentas publicitárias por obras de arte de rua que despertem a consciência. Em junho de 2016, os anúncios de uma estação de trem deram lugar a grafites durante uma semana, por iniciativa da Blended Art Gallery e da plataforma de financiamento coletivo Cercle Rouge. Parte da ação foi bancada por uma campanha de *crowdfunding*. A ideia agradou e acabou avançando na direção da cidade de Bordeaux, onde a startup Ôboem cogita oferecer aos doadores de financiamento coletivo uma reprodução da obra grafitada em troca da ajuda que prestarem. Em Londres, os outdoors publicitários de uma estação de metrô desapareceram durante duas semanas para dar espaço a imagens de gatos abandonados. Na capital londrina, o aluguel do espaço publicitário foi financiado graças a uma campanha no site Kickstarter.

&

Água, luz e plano de saúde de qualidade: não dá para ficar sem.

Você sabe, ter plano de saúde nos dias de hoje

é item de primeira necessidade: **não dá para ficar sem.**

Por isso, a **Qualicorp** e a **FECOMERCIO-SP** oferecem excelentes opções em condições imperdíveis para você, empregador do comércio.

Planos a partir de

R\$ 207¹



Rede médica
de qualidade²



Livre escolha
com reembolso²



Assistência
viagem²



Carências
reduzidas²



Não fique sem plano de saúde. Ligue agora.

0800 799 3003

www.qualicorp.com.br/anuncio



¹R\$ 207,00 - Exato Adesão Trad. 16 F AHO QC COP (registro na ANS nº 476.942/16-2), da SulAmérica Saúde, faixa etária até 18 anos, com coparticipação e acomodação coletiva (tabela de outubro/2016 - SP). ²A disponibilidade e as características da rede médica e/ou do benefício especial podem variar conforme a operadora de saúde escolhida e as condições contratuais do plano adquirido. Planos de saúde coletivos por adesão, conforme as regras da ANS. Informações resumidas. A comercialização dos planos respeita a área de abrangência das respectivas operadoras de saúde. Os preços e as redes estão sujeitos a alterações, por parte das respectivas operadoras de saúde, respeitadas as disposições contratuais e legais (Lei nº 9.656/98). Condições contratuais disponíveis para análise. Maio/2017.

ESTADOS BRASILEIROS



Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

MATO GROSSO NA VANGUARDA DO AGRONEGÓCIO NACIONAL

Mato Grosso se consolidou como o maior exportador do País, responsável por mais de 25% da produção nacional de grãos.

Esse potencial, aliado à demanda global por alimentos, às maiores áreas plantadas e ao maior rebanho bovino, fez com que gigantes do setor se instalassem em território brasileiro e estimulassem a criação de campos de pesquisa e tecnologia. No entanto, para diminuir os custos, o Estado precisa avançar nos gargalos logísticos que dificultam o escoamento da produção e travam o desenvolvimento local.

texto FÁBIO PEREZ

E

Em meio às turbulências econômicas que abalaram os principais setores da economia nacional, o agronegócio passou quase ileso pelos efeitos da recessão. Mais do que isso: conseguiu injetar tecnologia em todas as etapas do processo produtivo e, apesar dos gargalos logísticos, consolidou-se como um segmento competitivo para os mercados nacional e internacional. A produção de soja se tornou um dos carro-chefe da agricultura brasileira, e o Estado do Mato Grosso, o maior exportador nacional. Para se ter uma ideia do impacto econômico da economia mato-grossense para o Brasil, basta dizer que todos os anos o Produto Interno Bruto (PIB) estadual cresce, em média, duas vezes mais do que o nacional. O Mato Grosso também possui o maior rebanho de bovinos do País e responde por 15,4% da produção nacional de carne. “O Estado é o responsável pelo incremento na balança comercial brasileira em razão de seus grandes volumes de produção e exportação, superiores às demais unidades da Federação”, afirma o economista e vice-presidente do Conselho Regional de Economia do Mato Grosso (Corecon-MT), Ricardo Augusto

Moreira da Silva. “Além disso, observa-se também uma procura por alimentos em todo o mundo, por isso, países como China, Rússia, Índia e Ásia possuem relações comerciais com o Brasil”, diz ele, que também atua como produtor rural e consultor em finanças e controladoria.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a previsão para a colheita da safra de grãos para este ano é de 230 milhões de toneladas, representando um aumento de 25,1% em relação ao ano passado. A expansão da produção agrícola é uma das apostas para a recuperação da economia brasileira. Nesse cenário, o Estado deverá continuar ocupando lugar de destaque como maior produtor nacional, responsável por 25,3% do total. “Temos as maiores extensões de áreas plantadas e produção de carnes bovina, suína e de frango. São esses os produtos que estão na mesa dos brasileiros diariamente”, destaca Silva. Nas duas últimas décadas, segundo um levantamento realizado pelo Instituto Mato-Grossense de Economia Agropecuária (Imea), a produção agrícola cresceu 656%, e isso fez com que o Estado se mantivesse na vanguarda do agronegócio nacional. Somente em relação à soja, principal produto nacional exportado, estima-se para este ano uma produção de 30 milhões de toneladas. Esse protagonismo se deve, sobretudo, ao aumento da demanda. “Hoje existe um mercado consumidor enorme a ser explorado, ou seja, tem para quem vender”, diz o superintendente da Fecomércio do Mato Grosso e membro do Corecon federal, Evaldo Silva. “Há também importantes investimentos da iniciativa privada para que a produção atinja os parâmetros estabelecidos internacionalmente.”

O fortalecimento da cadeia do agronegócio começou de forma mais acentuada na década de 1980 com o surgimento da cultura da soja. “O dinamismo do Sul e do Sudeste deu sinais de esgotamento”, explica o economista da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT) Benedito Dias Pereira. “Assim, aos poucos, a indústria de equipamentos ganhou dinamismo e ocorreu a industrialização da agricultura”, afirma. Já na década de 1990, com a expansão da produtividade, a região foi definitivamente inserida no mercado mundial. Grandes empresas que lideraram o desenvolvimento agrícola nos Estados Unidos começaram a se instalar no território nacional. “Muitas se estabeleceram no norte do Estado e aproveitaram a mão de obra de pessoas com experiência em agricultura de subsistência”, afirma o economista e diretor da PR Consultoria, Carlos Vitor Timo Ribeiro. Com a permanência desses migrantes, a agricultura de mercado se desenvolveu no cerrado, estimulando a criação de tecnologias cada vez mais avançadas. Hoje, os 141 municípios mato-grossenses têm produções significativas de soja, algodão e milho, além da pecuária. Apesar do crescimento exponencial, Pereira alerta que esse dinamismo também gera desigualdades. “Seria positivo para o Mato Grosso se houvesse uma convergência entre as agriculturas moderna e familiar”, afirma.



Todos os anos, o PIB de Mato Grosso cresce, em média, duas vezes mais do que o nacional, graças à sua produção de soja a seu rebanho de bovinos, o maior do País

Além de ser o maior produtor nacional de grãos e detentor do maior rebanho bovino, a região também domina a produção de pescado de água doce e responde por 20% do que é produzido em território nacional. “Esse mercado tem muito a crescer, o potencial está na abundância de rios e lagos”, diz Evaldo Silva. O incentivo à pesquisa e à assistência tem sido eficiente não apenas para os grandes produtores, mas também aos pequenos. “Levar conhecimento técnico a eles é muito importante, e os resultados aparecem na produção final. Os pequenos e médios precisam crescer, e quando recebem a capacitação necessária, o crescimento é inevitável”, afirma o superintendente da Fecomércio-MT. Atualmente, 72% do pescado produzido na região são destinados ao consumo interno. O plano do governo é estimular o aumento da produção, atrair empresas para melhorar a qualidade do peixe e exportá-lo para outros Estados. Sem a tecnologia, explica Silva, seria impossível alcançar uma evolução expressiva. “Essa diversidade nos deixou, de certa forma, imunes à crise. A retração nos atingiu, porém, ainda assim conseguiremos um desempenho positivo”, explica Ribeiro.

Outro setor que ganha força é o biodiesel. No primeiro semestre de 2016, a produção mato-grossense registrou 408,7 milhões de litros, o que já representa 21,9% do que se produz no País. O cenário é promissor, uma vez que, atualmente, aproximadamente 85% do biodiesel são extraídos da soja, e para os próximos anos a ideia é aumentar ainda mais a participação. Trata-se de uma alternativa que traz benefícios, é menos poluente e mais barata, gera emprego e renda nas regiões produtoras e fomenta a agricultura familiar. A tendência é que o mercado se abra para novos investimentos para desenvolver a cadeia, resultando em um produto mais econômico. “Mato Grosso se tornou exportador de energia em grande parte pela enorme produção excedente de soja”, explica Ribeiro, da PR Consultoria. Anteriormente, boa parte da energia era importada de Goiás. Hoje, o próprio Mato Grosso é quem produz. Um diferencial do Estado é a matriz hidrelétrica: são 20 pequenas centrais que geram até 30 megawatts. “A formação e a topografia possibilitaram a formação de bacias, regiões com muitas cachoeiras, e quedas permitiram a instalação das usinas”, explica.

ENTRAVES

Apesar dessa pujança econômica, há também gargalos estruturais sérios que, se não forem sanados, podem comprometer a exportação da região. Esses problemas estão relacionados à logística e ao escoamento da produção. “As estradas estão em



O Estado apresenta três biomas diferentes: Pantanal, Cerrado e Amazônia

péssimas condições, malconservadas, além de equipamentos de manutenção sucateados. Faltam investimentos públicos e privados”, afirma Moreira da Silva, do Corecon-MT. Hoje, uma das necessidades prementes é desenvolver saídas para os produtos do agronegócio. Tradicionalmente, as portas são pelo Sul do País, por meio dos portos de Santos (SP) e Paranaguá (PR). Existe ainda a Ferronorte, uma ferrovia que se estende até a cidade de Rondonópolis, que escoar parte da soja e do milho. Entretanto, um trecho da Rodovia BR-163, que dá acesso aos portos de Santarém e Miratituba, no Pará, não está asfaltado. “Em tempos de chuvas, os caminhões ficam atolados e causam prejuízos aos produtores e transportadores”, afirma Ribeiro. “Mato Grosso também não tem capacidade de armazenagem, por isso, precisa escoar a produção rapidamente.” De acordo com Moreira da Silva, faltam outros meios de transporte para melhorar as condições logísticas do Estado. “A região poderia baixar os custos com transporte se tivéssemos todos os modais em funcionamento. Haveria maior rentabilidade e uma redução de custos para os consumidores finais”, explica.

Outro setor que ainda é considerado incipiente no Mato Grosso é a indústria. Atualmente, as atividades industriais equivalem a 20% do PIB do Estado, enquanto que a agropecuária e os serviços chegam a 40% cada um. No primeiro segmento, também são as atividades voltadas à agroindústria que aquecem a economia. Além dela, o turismo, a piscicultura, a economia criativa e o polo joalheiro também são segmentos fortes. No entanto, para alcançar um desenvolvimento mais sólido, o Mato Grosso precisa reformular o Programa de Desenvolvimento Industrial e Comercial, que concede benefícios e incentivos fiscais às empresas que se dedicam à atividade produtiva nos setores industrial, agroindustrial e mineral, e repensar o sistema tributário estadual. “É preciso agregar mais valor ao produto que sai do território mato-grossense”, ressalta Evaldo Silva. Uma vez que o Estado é o maior produtor nacional de produtos do agronegócio,

é preciso que o governo busque formas de incentivar a instalação de novas empresas na região. Para o professor Benedito Dias Pereira, da UFMT, existem alguns empecilhos para a indústria decolar. “Os produtores agropecuários têm interesse na agroindustrialização. Contudo, não andam nessa direção porque preferem fazer escolhas que gerem mais rentabilidade”, diz. Isso porque a Lei Kandir isenta de impostos estaduais produtos primários ou semielaborados, ou seja, se se industrializassem teriam que pagar mais impostos.

PARA ONDE EXPANDIR

Em relação à tecnologia e pesquisa, Mato Grosso está prestes a viver uma intensa transformação. Em 2015, foi anunciada a criação de um parque tecnológico, voltado ao desenvolvimento de soluções para a área e à atração de empresas inovadoras no mercado. Com um espaço equivalente a 80 hectares, 16 deles para áreas públicas e 64 para a iniciativa privada, a obra terá um investimento de R\$ 8 milhões. A cidade que abrigará o projeto será Várzea Grande, na região conhecida como “Chapéu do Sol”, com um centro de inovação, incubadoras, aceleradoras, centros de pesquisa e prestadores de serviço. A expectativa é de que o parque gere mais de 1,3 mil empregos diretos e indiretos nos diferentes espaços que serão projetados. “A ideia é reunir iniciativa privada, governo e academia para ampliar as capacidades científica e empresarial com foco nas potencialidades do Estado: biotecnologia, tecnologia da informação, máquinas e equipamentos e geociências”, diz Moreira da Silva.

Além do agronegócio, Mato Grosso ficou conhecido historicamente pelas atividades na mineração. Durante o período de colonização, a região passou a ser reconhecida pelo ouro e hoje é considerada um mercado promissor para a fabricação de joias e semijoias. O Estado, maior produtor e exportador de diamantes do País, respondendo por 88% da produção brasileira, também se destaca pela cadeia produtiva de pedras

coradas, como ametista e quartzo-rosa. “A mineração continua, mas não tem o mesmo peso do passado”, explica Dias Pereira. “O potencial do território ainda não foi plenamente desenvolvido, existem hoje muitas mineradoras desenvolvendo projetos para o território mato-grossense.” Exemplo disso são as usinas de calcário. Elas fazem parte de um segmento importante, porque ajudam a corrigir o solo e prepará-lo para a produção de soja. Mato Grosso também ocupa a primeira posição no ranking de produção do ouro destinado ao mercado financeiro. O turismo no Estado é considerado bem distinto do restante do Brasil, já que consegue reunir três biomas diferentes, o Pantanal, o Cerrado e a Amazônia. “É possível fazer o turismo de negócios, a pesca esportiva e o turismo de aventura na Chapada dos Guimarães ou na região do Araguaia”, afirma Moreira da Silva.

É POSSÍVEL CRESCER MAIS?

Mato Grosso não é exceção entre os Estados que sofreram os abalos da crise. Mesmo com números positivos no agronegócio, as cidades mato-grossenses registraram um aumento nos índices de desemprego. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad), 158 mil pessoas ficaram desempregadas em 2016. Conforme o levantamento, o número de desempregados é 72,6% maior do que o apurado no mesmo período do ano anterior, quando 91 mil pessoas estavam desocupadas. Já os dados do Ministério do Trabalho e do Emprego apontam que Mato Grosso deixou de gerar 20 mil vagas. Os setores que menos sofreram com a retração do mercado foram a agricultura e a administração pública. “O desemprego condena as populações em situação de pobreza e extrema pobreza à dependência cada vez maior de programas sociais que já não têm como se sustentarem”, explica o economista do Corecon. Para Pereira, da UFMT, uma solução eficiente seria a integração das atividades de agricultura familiar e das cadeias agronegócio, gerando a qualificação da mão de obra. “Essa política ajudaria a reduzir a desigualdade no Estado e a desenvolver produtores locais”, diz.

A crise fiscal é outro obstáculo ao desenvolvimento. “As contas públicas chegaram ao limite. Se houver qualquer descuido, entraremos em um cenário preocupante”, destaca Pereira. “A folha de pagamento de servidores públicos cresceu muito além da arrecadação e isso fez

EQUILIBRAR AS CONTAS PÚBLICAS, MELHORAR A INFRAESTRUTURA LOGÍSTICA E REDUZIR A DESIGUALDADE SOCIAL SÃO DESAFIOS A SEREM SUPERADOS

com que atingíssemos a iminência de comprometer os cofres públicos.” Para o economista, desde as gestões anteriores foram concedidos reajustes, benefícios para diversas categorias de servidores e renegociações de salários, o que ocasionou um impacto significativo no orçamento público. O próprio Governo do Estado afirma que o aumento de gastos com pessoal foi superior ao aumento da receita. Em 2014, foram aprovadas 31 leis que garantiram aumentos salariais, provocando o desequilíbrio fiscal. Já no ano seguinte, a receita cresceu 6%, e a despesas, 15%, em função do cumprimento dessas leis. De acordo com um ranking que mede a crise fiscal entre os Estados brasileiros, elaborado em abril deste ano pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), Mato Grosso ocupa o 12º lugar. Foram gastos 67,3% da receita com pessoal, e pela Lei de Responsabilidade Fiscal, o limite é de 60%. Algumas mudanças estão em curso. O governo criou um pacto para reduzir 25% das despesas e reformular o sistema tributário. Embora a região tenha tido um crescimento aos moldes chineses nos últimos anos, os impactos da recessão também foram sentidos pelos mato-grossenses. Uma das consequências foi a redução e os cortes de investimentos em transportes e infraestrutura. Não fossem essas limitações, poderia ter uma produção de soja e milho maior e mais rentável. A desigualdade entre as populações das cidades mato-grossenses também é um dos problemas mais sérios. Os conflitos por terra há anos assolam a região. Um levantamento realizado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) apontou que, neste ano, 6,6 mil pessoas vivem em áreas de conflitos agrários, o que coloca Mato Grosso em sexto lugar no ranking nacional. São regiões que carecem de segurança pública e políticas sociais, nas quais a violência prevalece. Se nada for feito para reverter esse quadro, será um rastro de atraso em um Estado que tem tudo para evoluir. Por outro lado, se o governo e a iniciativa privada agirem conjuntamente para reduzir diferenças sociais, incrementar a economia e apostar no potencial produtivo, será um dos motores da economia nacional.

&



NOVOS POSSÍVEIS DESTINOS

A realidade da adoção no Brasil está em transformação. Não apenas pelas revisões de seu marco regulatório – a Lei nº 12.010/2009, conhecida como “Lei da Adoção – e do Cadastro Nacional de Adoção (CNA), que unifica as informações de candidatos a adotar e crianças e adolescentes a serem adotados, mas principalmente pela mudança da mentalidade dos gestores públicos e dos pretendentes, e isso vem permitindo a ampliação dos perfis de quem precisa de um lar para integrar uma família.

texto FÁBIA GALVÃO | ilustração JULI SCAPUCIN

HI

Historicamente, o Brasil possui uma tradição de adoção que privilegia um perfil restrito de adotandos e enfrenta os desafios da falta de infraestrutura necessária para viabilizar esse processo complexo. Para se ter uma ideia, o País registra 4.805 crianças e adolescentes em busca de uma nova família, e mais de 37 mil pessoas dispostas a adotar.

Decidir pelo acolhimento é dar o primeiro passo num caminho que exige entrega e paciência por parte dos pretendentes. Depois de reunir documentos, fazer cursos e passar por psicólogos e avaliações com assistentes sociais – processo que começa nas Varas de Infância e da Juventude e pode levar de três a seis meses, em média –, os candidatos habilitados passam a fazer parte do Cadastro Nacional de Adoção (CNA). O sistema (hospedado em www.cnj.jus.br) foi criado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em 2008 para consolidar os dados relacionados à adoção de todas essas varas. Com isso, um juiz analisa quais perfis desses adotantes são adequados às crianças e aos adolescentes que esperam por adoção. Caso não haja resultados no cruzamento por pretendentes e jovens do mesmo município, a pesquisa por pais e mães é feita na região da criança. Se ainda assim não houver sucesso, a busca é feita dentro do Estado, depois, em outros Estados, e em último caso, entre adotantes estrangeiros.

Para o gestor de recursos humanos Vinícius Duarte, o processo no Brasil é moroso. “Não qualifico como errado ou injustificado, porque acredito na importância de o Estado fazer a melhor escolha para o futuro das crianças. Mas é um processo de baixa produtividade jurídica”, afirma Duarte, pai de Gustavo, após conseguir, em quatro meses, a habilitação para adotar o filho, depois de uma longa espera de quatro anos.

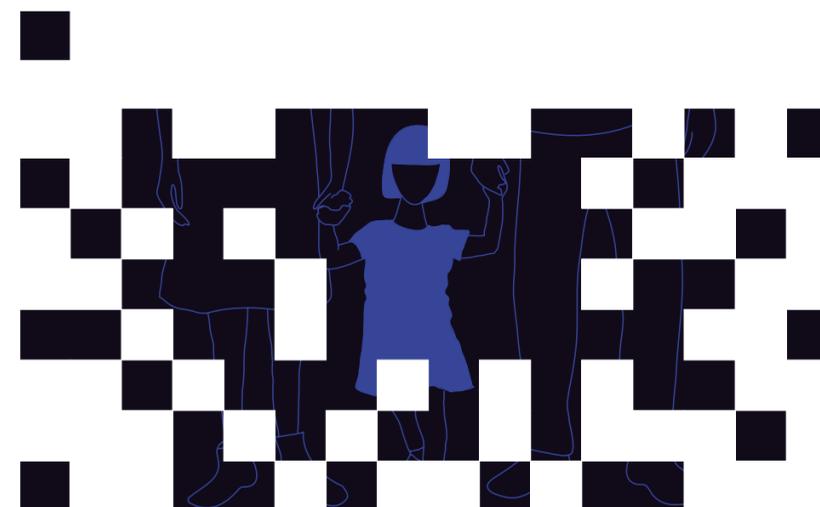
A equação tem muitas variáveis, a começar pela expectativa dos futuros pais. É o que explica a juíza auxiliar da Corregedoria Nacional de Justiça, Sandra Torres, que preside o grupo de trabalho na área da infância e da juventude responsável pela atuação do CNA. “Uma pessoa faz o curso e quer um bebê de até dois anos. Outro candidato que se habilita no mesmo período aceita uma criança de até seis. A chance do segundo adotante receber seu novo filho ou filha mais rápido é muito maior. Quanto menor e com características mais específicas for o perfil esperado, menores as chances, porque a maioria das crianças e dos jovens disponíveis tem outros perfis”, explica a jurista.

EXPECTATIVA × REALIDADE

Essa diferença é atestada pelas estatísticas geradas pelo próprio cadastro e pela situação dos abrigos no Brasil. Do total de candidatos habilitados para adotar até abril de 2017 (37.247 pessoas), 91% só aceitavam crianças de até seis anos de idade; 68% não queriam adotar irmãos; e 20% só esperavam receber filhas ou filhos brancos. Na outra ponta, das 4.805 crianças à espera de adoção, 92% têm entre 7 e 17 anos; 69% têm irmãos; e 68% são negros ou pardos.

As falhas do CNA, que tem problemas de preenchimento e atualização, tornam ainda mais lento o cruzamento de informações para que uma criança seja adotada. A atualização é manual e feita pelos juízes das varas, que por diversas razões não fazem o preenchimento completo. O Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) já identificou que no CNA, mais da metade dos Estados brasileiros não alimenta (ou alimenta de forma indevida) a plataforma. O cadastro não é automatizado, precisa ser consultado todos os dias pelos juízes e não dá transparência dos trâmites para quem participa dele. “Nossa intenção é que ele rode automaticamente para que toda noite, como num sistema bancário, haja um cruzamento de dados e a geração de um relatório diário que avise o juiz e o pretendente da existência de uma adoção possível”, diz Sandra. Segundo ela, a expectativa é que essas e outras modificações sejam feitas até o fim de 2017.

Problemas no cadastro e a discrepância entre os perfis para adoção e a expectativa dos pretendentes abrem espaço para uma iniciativa que transcende as estatísticas e pode possibilitar a construção de novos laços de família. A busca ativa acontece quando juízes, designados de instituições de acolhimento e outros representantes da sociedade civil identificam oportunidades de adoção que não são evidenciadas pelo CNA, considerando fatores subjetivos e levando em consideração a



sensibilização dos adotantes, que podem levar em conta outros perfis de filhos e filhas. Essa pesquisa favorece a adoção de irmãos e crianças acima de cinco anos e/ou com deficiência. “Pode acontecer de um juiz identificar num mesmo bairro duas famílias dispostas a adotar um grupo de irmãos, que futuramente poderão conviver mesmo não estando sob o mesmo teto”, exemplifica a juíza auxiliar.

ALTERAÇÕES NA LEI

Em outubro de 2016, o governo federal lançou uma consulta pública para receber sugestões sobre possíveis mudanças nas regras do processo de adoção. Liderada pelo Ministério da Justiça e Cidadania (MJC), essa iniciativa inclui a mobilização de gestores públicos, organizações não governamentais, psicólogos e assistentes sociais que trabalham nas Varas de Infância e Juventude de todo o País, em serviços de acolhimento e em outros projetos ligados à adoção. Participaram 200 pessoas da sociedade civil, com 1,2 mil comentários, e, no fim, 20 contribuições foram incorporadas ao texto do anteprojeto de lei que apresenta três atualizações na Lei da Adoção. Ainda não há perspectiva de tramitação do texto no Congresso Nacional. Para a secretária nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, Cláudia Vidigal, é mais importante que o projeto seja aprovado com maturidade do que com urgência. “A sociedade e os parlamentares precisam discutir as propostas para que haja uma atualização coerente e efetiva desse marco regulatório”, opina a gestora.

A primeira mudança propõe um melhor detalhamento para a entrega voluntária de

crianças para a adoção, e vai ao encontro de um movimento social e jurídico. “Desistir de um filho também é um ato de amor”, diz a baiana Janaina (nome fictício, identidade preservada a pedido da fonte), de 32 anos, que aos 21 entregou seu bebê recém-nascido à 1ª Vara da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia (TJBA), em Salvador. Atualmente, ela trabalha como advogada, é especialista em Direito da Família e acompanha de perto o que tem sido feito para quebrar o tabu da entrega voluntária. “Embora o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) preveja a possibilidade de entrega direta de um menor em qualquer vara do Brasil, esse gesto ainda é socialmente condenado. As pessoas precisam saber e entender que, desde que não haja abandono, isso não é crime. É dar uma outra perspectiva de vida à criança que, por diversos motivos, não pode ser assumida por sua mãe ou outros entes da família”, defende.

Em São Paulo, o Provimento nº 43 do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP), publicado em outubro de 2015, regulamentou o procedimento de entrega voluntária de crianças por suas genitoras na Vara da Infância e da Juventude do Estado. O texto garante que a gestante ou a genitora poderá, em qualquer momento, ser encaminhada para atendimentos psicológico e socioassistencial na rede protetiva local. Desde março de 2017, a Lei Distrital nº 5.813 normatizou que todas as unidades públicas e privadas de saúde do Distrito Federal são obrigadas a afixar placas informativas em locais visíveis com o texto: “A entrega de um filho para adoção, mesmo durante a gravidez, não é crime. Caso você queira fazê-lo, ou conheça alguém nesta situação, procure a Vara da Infância e da Juventude. Além de legal, o procedimento é sigiloso”. Em Belém, a Coordenadoria Estadual da Infância e Juventude (Ceij) criou um grupo de trabalho interinstitucional para a elaboração de um programa de atendimento a famílias que queiram entregar voluntariamente crianças para adoção.

Outra mudança proposta é a regulamentação do apadrinhamento afetivo e o estabelecimento de prazos para essa modalidade de adoção, que já acontece no Brasil desde a década de 1990. Organizações não governamentais e instituições de acolhimento desenvolvem programas de apadrinhamento infantil para promover vínculos afetivos duradouros entre crianças e adolescentes que vivam em abrigos, e padrinhos e madrinhas que se disponham a recebê-los. A ideia é

PAÍS TEM 4.805 CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM BUSCA DE UMA NOVA FAMÍLIA. E MAIS DE 37 MIL PESSOAS DISPOSTAS A ADOTAR

que os apadrinhados conheçam o cotidiano de uma família, encontrem nela referências de vida social e convivência e mantenham contato para compartilhar sua rotina escolar e suas experiências. Os candidatos a apadrinhar fazem cursos e palestras para se prepararem e compreender a responsabilidade envolvida nessa decisão.

Para a coordenadora do programa de apadrinhamento afetivo da ONG Aconchego, do Distrito Federal, a psicóloga Maria da Penha Oliveira, essa é uma oportunidade de construir os vínculos fundamentais para o desenvolvimento dos apadrinhados, que geralmente têm mais de dez anos de idade. “É um mito achar que o apadrinhamento cria a confusão na cabeça da criança ou que gera uma expectativa de adoção. Essas crianças sabem que as chances são remotas e que eles têm que se cuidar para sua própria vida. Podem aprender com o padrinho ou a madrinha como funciona uma família para construir a sua um dia”, afirma.

APRIMORAR UMA DAS OPÇÕES

O terceiro ponto destacado no anteprojeto de lei é a qualificação e a inclusão da adoção internacional como uma estratégia a ser mais bem explorada quando não é encontrada uma família no território nacional adequada ao perfil da criança brasileira. De acordo com dados do CNA, até abril de 2017 havia 319 estrangeiros cadastrados como pretendentes. A adoção internacional foi definida como medida excepcional e somente deferida após o esgotamento das possibilidades de colocação em família substitutiva brasileira pelo ECA, normatizado pela Lei nº 8.069/1990. Em 2009, essa legislação foi alterada pela Lei nº 12.010, que proíbe o contato direto de representantes de organismos de adoção, nacionais ou estrangeiros, com dirigentes de programas de acolhimento institucional ou familiar, assim como com crianças e adolescentes em condições de serem adotados, sem a devida autorização judicial.

A nova legislação determinou que os pedidos de habilitação à adoção internacional sejam intermediados por organismos credenciados se a legislação do país de acolhida autorizar.

Nos últimos anos, houve uma queda na adoção de crianças brasileiras por estrangeiros. Em 2009, 431 foram acolhidas fora do Brasil. No ano passado, 115 tiveram esse destino. O coordenador-geral substituto da Autoridade Central Administrativa Federal (Acaf), Carlos Parente, sugere que a diminuição tenha relação com a crise econômica europeia. “Há os gastos com passagem e hospedagem no País durante o mês para o estágio de convivência com a criança”, afirma o gestor. Para a secretária executiva da Comissão Distrital Judiciária de Adoção do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT), Thaís Botelho, o principal obstáculo da adoção internacional é o perfil das crianças buscadas pelos estrangeiros, que restringe muito o universo de possibilidades. “A lei como está já traz avanços e garantias. Contudo, a precariedade das políticas públicas é a principal dificuldade quando se pensa na garantia de direitos. Adoção internacional, por sua vez, é a exceção da exceção”, afirma Thaís.

DOIS LADOS DE UMA QUESTÃO

O Brasil tem aproximadamente 2,8 mil instituições de acolhimento, que reúnem mais de 40 mil crianças e adolescentes. “Grande parte dos acolhidos passa pela medida protetiva durante um período do dia e pode voltar para casa, o que é desejado. Em torno de 12% do total de acolhidos estão de fato aguardando uma nova família, e 77% deles têm mais de dez anos, faixa etária que foge ao perfil desejado pela maior parte dos pretendentes. Esse é o grande entrave”, analisa Cláudia Vidigal. Vinícius Duarte, que levou quatro anos para adotar seu primeiro filho, questiona o tempo de permanência nas instituições. “Não consigo mensurar o quão positivo é para

uma criança viver dentro de um abrigo por muitos meses ou anos. Entendo que estar fora de sua zona de risco é, sim, bem melhor, mas os abrigos não estão totalmente capacitados para substituir uma família, tampouco para dar à criança o início da sua vida social plena”, diz o pai de Gustavo, hoje com seis anos de idade.

A questão do tempo também é uma preocupação de magistrados. Mas especialistas chamam a atenção para o que está envolvido no processo de retirada de uma criança ou adolescente do seu lar. “É preciso refletir se isso não é criminalizar a miséria e a doença. Essas crianças são filhas de mães que podem ser dependentes químicas, viver na pobreza absoluta, estarem encarceradas etc. Se a mãe é ‘drogada’, a sociedade acha razoável retirar a criança o mais rápido possível dela, mas se ela tem câncer, não. Não podemos perder de vista que essas famílias são objeto de um desequilíbrio social e refletem uma sociedade doente”, pondera a magistrada Sandra, sobre a complexidade da destituição.

“Pensa-se que a adoção possa ser uma resposta simples à pobreza, a dificuldades em criar os filhos, a vulnerabilidades familiares. Não é. A retirada de um filho de sua família de origem é uma decisão difícil, complexa e que exige uma leitura sociológica mais ampla do que o nosso desejo de simplesmente resolver a situação retirando a criança de uma família e colocando-a em outra”, completa Cláudia.

CAMINHOS POSSÍVEIS

Quando foi dar início ao seu processo de habilitação, a servidora pública Narjara Saab registrou uma reclamação na Vara da Infância e da Juventude de Rio Branco (AC). O motivo? “Deram três páginas de formulário para que eu escolhesse o meu filho, como se fosse um produto numa prateleira. Como eu posso definir isso? Se toda criança merece ser amada pelo que é? Se não existe gravidez neste mundo que nos isente de lidar com doenças e limitações? Quem sou para escolher? Estou aqui para ser escolhida. E para passar o resto da vida tentando ser a melhor mãe para esse filho ou filha que ainda não conheci e já amo tanto”, escreveu Narjara, que já tinha perdido uma filha e sofrido um aborto espontâneo. Meses depois, ela soube de uma grávida que queria entregar seu bebê para adoção. Após estabelecer um vínculo afetivo com essa mãe biológica e assistir ao nascimento de Luna, procurou um defensor público que se sensibilizou com o caso. A guarda foi concedida em três meses, e pouco tempo depois, ela engravidou de Ravi. “Não existe diferença entre o que sinto pelos meus filhos. Só existe amor”, celebra.

Em março de 2017, o Ministério Público do Paraná questionou na Suprema Corte um pedido de adoção feito em 2006 e defendeu que casais homoafetivos só deveriam adotar crianças com mais de 12 anos de idade, para que elas mesmas pudessem opinar sobre o pedido. A presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) negou o recurso. Cármen Lúcia argumentou que a adoção estava de acordo com toda a jurisprudência do Tribunal, que, em 2011, reconheceu a união de pessoas do mesmo sexo como entidade familiar. Desde então, crianças de qualquer idade podem ser adotadas por esses casais.

A paulista Catarina Papa, empreendedora social que foi adotada aos nove meses, ressalta a importância de dar humanidade e transparência ao processo de adoção. “Nos Estados Unidos, por exemplo, existe um programa de adoção de crianças chinesas que determina a ida da nova família à China durante os primeiros cinco anos de convivência, para estabelecer os vínculos dos novos filhos com suas raízes culturais. Isso é bom porque, sobretudo, não esconde da criança o seu passado”, relata Catarina. Ela defende que a mística da consanguinidade seja questionada e dê lugar ao significado que vivência em família traz para a vida de quem foi adotado. “Quando você conhece a sua família biológica, percebe quem são seus pais de verdade. Eu sou igual às pessoas que me criaram. As pessoas acham que nos laços de sangue reside uma verdade, e isso é uma mentira. Toda mãe biológica tem de adotar seu filho. É sempre sobre o quanto eu aceito e recebo a criança como parte de mim e como parte do que estou construindo no mundo”, declara Catarina.

Em uma questão especialistas e participantes ativos dos processos de adoção no Brasil concordam: o ponto de partida é sempre a criança, o que é melhor para ela e se adapta melhor à sua realidade. Nesse sentido, adotar é embarcar numa aventura desconhecida e portadora de futuro: “É um processo de desconstrução da família ideal para a construção de uma família real, diferente da imaginada e muito linda, talvez justamente por isso”, conclui Cláudia Vidigal.

&

O SENAC SÃO PAULO É REFERÊNCIA NA FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA SAÚDE.

publicis

Mais de **70 mil alunos** da área de saúde frequentam anualmente o Senac, sendo que **28 mil** têm seu ingresso garantido gratuitamente pelo **programa de bolsas de estudo**.

O Senac conta com **mais de 230 cursos na área de saúde**, desde a formação inicial até a pós-graduação, que proporcionam o melhor caminho para o desenvolvimento profissional, e concede descontos especiais de **30% e 40% nos cursos livres e técnicos**. Além disso, o Senac é parceiro educacional das empresas no **programa de aprendizagem profissional**.

Conheça nosso programa de bolsas em **www.sp.senac.br/bolsasdeestudo**.

Venha fazer a sua história com o Senac. Saiba mais em **www.sp.senac.br/saude**.



APRENDIZADO E CONHECIMENTO PARA SEMPRE.

ARTICULISTA

JUN-JUL 2017 | PROBLEMAS BRASILEIROS #440

R RAZÕES PARA ACREDITAR



FELIPE ORIA,
pernambucano,
é cofundador do Acredito.
Cientista político pela
Universidade Federal
de Pernambuco (UFPE),
é também mestre pela
Universidade
de Harvard

JOSÉ FREDERICO
LYRA NETTO,
goiano, é cofundador
do Acredito. Consultor,
é engenheiro pela
Universidade
Estadual de Campinas
(Unicamp) e mestre em
Políticas Públicas pela
Universidade
de Harvard

O projeto é longo. São dez anos de caminhada firme e ambiciosa. Trata-se de reinventar a parte esquecida da nossa democracia: a representação. Reinventar nosso legislativo, construir um congresso de ideias e líderes. Um congresso que represente o Brasil, mas que também o oriente. A navegar sua complexidade, a entender seus problemas e a fazer escolhas difíceis. É abrir espaço para que uma nova geração ressignifique nossa política. Não com heroísmos individuais, mas com novas ideias, novos valores e novas práticas. Exige não apenas novos rostos, mas novas regras, que permitam ao Brasil eleger, da forma correta, as pessoas e os compromissos que o representem.

O Acredito é um movimento de renovação que busca dar um novo significado à política brasileira. Resignificar ao torná-la compreensível e acessível a todos os brasileiros, reduzindo as barreiras de entrada na política. Faremos isso por três caminhos: por meio da mobilização constante, mostrando que política de qualidade se faz com engajamento; da geração de conteúdo que traduza a política para o dia a dia dos brasileiros; e, principalmente, do apoio a uma nova geração de lideranças para as próximas décadas da nossa democracia. Mas, por quê?

A desconexão entre a política e o Brasil é flagrante. Registramos taxas historicamente baixas de confiança nos partidos. Abstenções, nulos e brancos superam os votos dos eleitos em várias capitais do território nacional. Votações decrescentes para todos aqueles com vários mandatos. O que poderia ser prova maior da decepção com a nossa democracia?

Vivemos um cenário paradoxal. Em meio à apatia e ao descrédito, as ruas pulsam com uma energia – ainda amorfa e dispersa – que não con-

segue encontrar eco na política institucional. O mundo vivencia a crise dos partidos enquanto assiste ao (re)nascimento dos movimentos sociais. O Brasil a combinou com crises de moralidade e credibilidade das suas instituições. É preciso de novas regras que façam da democracia instrumento (e não barreira) para as demandas dos brasileiros.

As formas do mundo moderno têm mudado em velocidade exponencial. Vemos os velhos termos tentando, com pouco sucesso, classificar o novo. A antiga categorização entre direita e esquerda não abarca as crescentes complexidades da sociedade e da economia. O centenário monopólio dos partidos repele genuínos movimentos políticos. O intervalo entre eleições não consegue lidar com insatisfações em tempo real. A política representativa é pressionada pelo anseio da participação direta.

A solução, porém, não é menos política. É mais política. É mais democracia. O que vemos surgir no Brasil é o futuro dessa democracia. Um futuro que ainda tateia em diferentes formas do possível. Essas novas manifestações políticas são, portanto, experimentações dos modelos que hão de surgir. Isso esbarra em algo inerente às mudanças. Desconforto. É preciso guiar a sociedade por ele. É preciso devolver ao nosso povo o problema da política como algo seu. Só assim criará um regime que o sirva. Para isso, é preciso acreditar. Acreditar é uma atitude dos jovens de espírito, não importa a idade. Assim como “a inocência é o preço da pureza”, a crença é o subsídio da mudança. Acreditar é um ato necessariamente coletivo, é a base da confiança social. Só por meio da confiança, da superação das nossas desigualdades históricas, do reconhecimento das insuficiências do nosso tecido social – permeado de racismo, misoginia e preconceito – que poderemos construir uma sociedade coesa e uma política que a reflita.

Assim surge o Acredito, movimento que apoia uma nova geração de políticos, por diferentes partidos e por um país mais justo, inclusivo, desenvolvido e ético. Acreditar como forma de manifestação política. Acreditar, em tempos de desolação, é um ato de rebeldia.

&

A CHAVE PARA O DESENCARCERAMENTO

texto FABIOLA PEREZ

Fórum da Barra Funda, São Paulo, capital. Um senhor de meia-idade entra em uma das salas reservadas às audiências de custódia, procedimento criado pela Justiça para apresentar pessoas presas em flagrante em até 24 horas a um juiz para que o magistrado decida mantê-las em liberdade ou em reclusão até o julgamento. Acusado de ser segurança de uma “biqueira” de drogas, o homem tinha as mãos calejadas e os pés descalços. Minutos depois, o juiz concluiu que se tratava de um morador de rua que trabalhava como carroceiro. Antes das audiências serem instituídas, pessoas presas em flagrante eram levadas ao cárcere até serem ouvidas, o que muitas vezes não tinha prazo para ocorrer ou poderia levar, em média, seis meses. Essa lógica, presente até hoje em diversos Estados, faz com que o Brasil tenha um dos maiores contingentes de presos provisórios do mundo. São 221 mil pessoas equivalentes a 34% de toda a população prisional. Esse percentual se expõe a condições degradantes impostas pelo sistema penitenciário brasileiro, como altos índices de violência, guerras entre as facções criminosas que dominam os presídios e total ausência de direitos humanos. Nessa conjuntura, as audiências de custódia surgiram como um instrumento para reduzir a quantidade de pessoas que ingressam nesse sistema sem uma investigação mais apurada. “Elas escancaram a seletividade no controle do crime”, afirma a pesquisadora do Grupo de Estudos sobre Violência e Administração de Conflitos da Universidade Federal de São Carlos (Gevac/Usfcar), Giane Silvestre.

Presentes em todas as capitais, as audiências de custódia nasceram em 2015 de uma parceria entre o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ/SP). No tribunal,

são ouvidos, além da pessoa detida, o Ministério Público e o advogado ou defensor público. Caberá ao juiz decidir se a pessoa responderá pelo delito em liberdade ou será encaminhado a algum presídio. O magistrado também pode decidir pelo cumprimento de medidas alternativas. Todo esse ritual tem como objetivo evitar prisões desnecessárias e violência policial, além de humanizar o contato da pessoa detida com a Justiça. “É um projeto muito ambicioso que deseja alterar um quadro estrutural negativo que perdura há anos”, diz o juiz e coordenador do Departamento de Inquérito Policial (Dipo) em São Paulo, Antônio Maria Patiño Zorz. Dados do CNJ mostram que, até 2016, foram realizadas 153,4 mil audiências que resultaram na liberdade de 70,8 mil pessoas, ou seja, 46,17% dos detidos.

DISPARIDADE

Como as audiências ainda estão sendo colocadas em prática em todo o País, o retrato disposto até o momento é bem diferente dependendo do Estado em questão. São Paulo, por exemplo, realizou 36,5 mil audiências desde fevereiro de 2015. Para se ter uma ideia, em 2014, o índice de presos provisórios era de 32%. Atualmente, segundo o CNJ, caiu para 15,32%, o que mostra um aumento no número de soltura. Outros Estados, como o Rio Grande do Sul, possuem altas taxas de encarceramento: são 84,8% de prisões preventivas determinadas após as audiências de custódia. Em contrapartida, na Bahia, em apenas 38,4% dos casos foram usadas as detenções. “Essas diferenças ocorrem em função das diferentes realidades em cada região”, explica o defensor público e membro do Núcleo Especializado em Situação Carcerária do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (Ibccrim), Bruno Shimizu. “Em Porto Alegre, as audiências acontecem dentro dos presídios com uma lógica continuísta, e não



João Wainer/Folhapress

As audiências de custódia foram criadas para reduzir as prisões provisórias, que contribuem para a superlotação do sistema penitenciário

de transformação. Já em São Paulo, ocorrem em salas específicas”, destaca. As divergências refletem também uma série de dificuldades que o Judiciário brasileiro tem em adotar novas práticas para garantir a justiça.

São Paulo é um dos Estados em que a prática mais avança. O Fórum da Barra Funda, na capital, recebe cerca de cem presos por dia. “Criar um conjunto de regras para as audiências de custódia foi muito complicado”, afirma Patiño. O juiz analisa a necessidade e a legalidade da prisão ou da concessão de liberdade. Além disso, ele deve avaliar se cabem penas alternativas, monitoramento eletrônico, entre outras opções ao encarceramento provisório. Foram pensados aspectos estruturais, como locais específicos para promover os encontros, e logísticos, como o transporte dos presos até as audiências. A mudança mais importante, porém, tem relação com o tratamento da população vulnerável por parte dos magistrados. “Cerca de 90% dos juizes acreditam na versão dos policiais nos autos de prisão. É um poder antidemocrático que não passou por uma mudança após a ditadura militar”, afirma Shimizu. Um estudo do Instituto de Defesa do Direito de Defesa (IDDD) revelou o perfil das pessoas presas em flagrante na capital paulista. A maioria é formada por homens negros, entre 18 e 24 anos, com renda entre um e dois salários mínimos e baixa escolaridade. Diante dessas características, explica Giane, pesquisadora da Ufscar que acompanhou mais de 200 audiências, o ritual é distante da maior parte da população.

NOVA CHANCE

O principal mérito das audiências é dar visibilidade às pessoas presas, que antes eram representadas apenas por um documento na Justiça. “Há um resgate do caráter humano no Judiciário”, diz Shimizu. Para o juiz Patiño, a adoção dessa medida representa o começo de uma nova etapa na política criminal, preocupada em assegurar o direito à liberdade, e não mais priorizar a prisão. Segundo o IDDD, não são levados às audiências de custódia crimes contra a vida nem de violência doméstica. Delitos patrimo-

niais como roubo e furto somam 61% dos crimes acompanhados, enquanto tráfico de drogas corresponde a 22% das ocorrências na cidade de São Paulo. Além da celeridade, outro aspecto positivo é a possibilidade de amenizar um sério problema brasileiro: a superlotação dos presídios. As mortes e a guerra entre facções são um reflexo das ausências do Estado e de políticas de segurança pública. “A audiência de custódia tenta retirar os soldados do crime organizado”, ressalta Patiño. Apesar dos avanços, é preciso considerar que as audiências funcionam nas capitais, mas não abrangem todas as unidades prisionais. O vice-presidente do IDDD, Hugo Leonardo, explica que a custódia traz racionalidade ao sistema penitenciário. “O Brasil tem uma ampla porta para quem ingressa no sistema, mas uma porta de saída muito fechada.”

Quem defende a implantação das audiências argumenta que seu objetivo é diminuir os casos de tortura e violência policial. A pesquisa “Tortura blindada”, da ONG Conectas, em São Paulo, porém, mostrou o contrário: a negligência e a omissão por parte sobretudo da magistratura e do Ministério Público com os testemunhos de violência. Ao analisar 393 casos em que as pessoas presas apresen-

CULTURA PUNITIVISTA

221 mil pessoas aguardam julgamento em prisão provisória. Número equivale a 34% da população prisional

Perfil das pessoas presas em flagrante em São Paulo (SP) é de homens negros, entre 18 e 24 anos, com renda entre um e dois salários mínimos e baixa escolaridade

Até 2016, foram realizadas 153,4 mil audiências, que resultaram na liberdade de 70,8 mil pessoas (46,17% dos detidos)

Fonte: CNI e IDDD

taram marcas ou sinais de maus tratos ou tortura, o estudo revelou que um terço dos juizes nem ao menos perguntou à pessoa detida se foi vítima de violência ou agressão no momento da prisão.

Em 80% dos casos em que a pessoa contou ter sofrido agressão, o MP não fez intervenções. Em apenas um caso foi aberto o inquérito policial e em 72% das ocorrências os juizes determinaram que as corregedorias investigassem o ato violento. Isso significa dizer que, no caso de policiais militares, o próprio batalhão onde o acusado trabalha ficará responsável por conduzir as investigações. “É a legitimação da violência ao evidenciar de que maneira diversos atores contribuem para que não haja qualquer responsabilização dos agentes do Estado”, diz a pesquisadora de Justiça Criminal e uma das revisoras do estudo, a socióloga Fernanda Emy Matsuda. “O problema é que, nas audiências, muitas vezes a pessoa presa está mais próxima do policial militar do que do defensor. O preso tem de relatar o fato na frente da instituição que o cometeu, o que pode ser intimidador”, afirma o assessor do programa de justiça da Conectas, Henrique Apolinário.

Como muitos presos em flagrante chegam às audiências com marcas, especialistas defendem que ocorra uma apuração mais rigorosa da atuação policial. O promotor do Ministério Público de São Paulo José Roberto Fumach Júnior, que acompanhou a fase de implantação de algumas audiências, afirma que se trata de um novo paradigma. “Elas são um procedimento recente. Por isso, impõem algumas mudanças de cultura para todos”, afirma. “As investigações que envolvem tortura e maus tratos podem avançar.” Para ele, apesar de ser um instrumento revolucionário, traz impactos no sistema de Justiça. “Há um ônus com a implantação de novas estruturas. Antes não existiam as demandas pela movimentação e pelo transporte de presos em um curto período de tempo”, destaca. O ideal, segundo ele, seria a criação de plantões para atender à nova necessidade. Outro ponto que deve ser repensado nas audiências é em relação à comunicação entre os envolvidos. Geani, da Ufscar, comprova que o ritual dificulta o entendimento por parte dos presos. “Há uma incompatibilidade, e a pessoa precisa ter certa confiança no juiz para responder se, por exemplo, sofreu algum tipo de agressão.”

REINTEGRAÇÃO SOCIAL

Embora as audiências de custódia sejam um procedimento fundamental para reduzir a superlo-

tação carcerária, elas isoladamente não bastam para resolver o problema do caos no sistema penitenciário brasileiro. Seria necessária uma mudança na cultura de encarceramento, com a aplicação da pena de privação de liberdade apenas em casos graves. “A plena consolidação das audiências passa pela articulação de diferentes instituições, pela alteração do sistema de policiamento e pela melhora do controle policial”, diz Geani. Na esfera social, também é importante que a pessoa que passa pela audiência de custódia tenha acesso a outros tipos de assistência. A coordenadora do Projeto Redes (parceria entre o Ministério da Justiça e a Fundação Oswaldo Cruz), Helena Rodrigues, afirma que é preciso inserir essas pessoas em uma rede de apoio. “São uma parcela da população excluída socialmente, com acesso precário às instituições e muitas vezes com uso de drogas”, conta. Um estudo do projeto que também teve como base os presos em flagrante do Fórum da Barra Funda, em São Paulo, revelou que as pessoas que chegam às audiências têm necessidades de saúde, são moradores de rua e possuem trabalho informal.

A ampliação das audiências de custódia continua em debate pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e pelo Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP). Todavia, a sua implantação em todo o País esbarra nas faltas de juizes e de estrutura

AO IMPOR RACIONALIDADE AO SISTEMA PENITENCIÁRIO, AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA PODE AMENIZAR A SUPERLOTAÇÃO DOS PRESÍDIOS NO PAÍS

de outras instituições, como as polícias e a assistência social. Outro desafio será modificar a cultura punitivista e trabalhar melhor o conceito de que a liberdade é a regra, e não o contrário. Um dos grandes riscos das audiências, casos elas não sejam aperfeiçoadas, é que se tornem apenas uma etapa do processo e não a solução. Um aspecto criticado por especialistas é que caso seja aprovado o projeto de lei que regulamenta as audiências de custódia – e as transforma em legislação e não apenas em um dispositivo do CNJ, como são atualmente –, uma das modificações do texto é que elas ocorram, quando necessário, por videoconferência, uma adaptação classificada como retrocesso. No entanto, é preciso considerar que as audiências ajudaram a jogar luz em pelo menos três aspectos vitais para a discussão da segurança pública no Brasil: a negligência da Justiça em relação ao esclarecimento de crimes contra a vida e o foco nos delitos envolvendo o patrimônio, a omissão das instâncias de poder em relação à violência policial e a chance de reverter o quadro de superlotação carcerária. Se bem utilizadas poderão, de fato, ser a chave para o início do desencarceramento no País.

&

do povo para o povo

texto RAÍZA DIAS | fotos CHRISTIAN PARENTE

Extrema pobreza, desemprego e desnutrição. Essa era a realidade da favela Conjunto Palmeira, na periferia de Fortaleza (CE) em meados de 1997. Moradia de 20 mil habitantes, a comunidade se viu na obrigação de mudar com as próprias mãos o destino de quem vivia ali. O primeiro passo foi a constatação quase óbvia de que aquelas pessoas eram pobres porque não tinham dinheiro. No entanto, isso não deveria mais ser um impedimento para o desenvolvimento local, mas a solução.

Foi então que, após meses de reuniões com líderes locais, em 1998 nasceu a moeda social palmas, recurso responsável por fomentar a economia do bairro e tirar da miséria milhares de pessoas. Hoje, prestes a completar 20 anos de existência no Brasil, os bancos comunitários de desenvolvimento têm em seu DNA o propósito de fazer circular nas comunidades um capital complementar ao real, que estimula o consumo interno e serve de degrau para que famílias saiam da extrema pobreza.

PODER LOCAL

Baseados no conceito da economia solidária – conjunto de atividades elaboradas por cooperação mútua para promover geração de renda e inclusão social –, esses bancos têm como principal recurso a moeda social, utilizada como ferramenta de troca nas comunidades. O valor é pareado ao real, mas seu uso se limita aos estabelecimentos comerciais parceiros da região, metodologia que impulsiona a manutenção dos recursos na localidade. Com juros menores, que variam de 1% a 3%, e prazos mais flexíveis para pagamento, a solução surgiu como alternativa de ascensão econômica para muitos brasileiros.

A ideia ganhou força nas últimas duas décadas, resultando no surgimento de 113 bancos comunitários de desenvolvimento, espalhados pelas cinco regiões do País. O reflexo das iniciativas até agora é bem-visto tanto pelas comunidades quanto pelo Poder Público. “O primeiro

grande legado é o êxito de pautar o sistema financeiro brasileiro e o governo. O outro grande legado é que mais de 100 mil pessoas se beneficiaram diretamente desses serviços, o que seria impossível pelos bancos convencionais”, avalia um dos fundadores do Instituto Banco Palmas e da Rede Brasileira de Bancos Comunitários (RBBC), Joaquim Melo. Hoje, o instituto é referência e apoiador das outras iniciativas que deslocar bancos comunitários em operação pelo território nacional.

Além de melhorar as condições de vida de diversas comunidades, o mecanismo contribuiu para reduzir a violência, encorajar o empreendedorismo local, dar poder à periferia e despertar outras habilidades dos moradores. Tantas conquistas, no entanto, enfrentam uma trajetória nada fácil. Os bancos comunitários têm os desafios da própria aceitação pela comunidade, da falta de recursos públicos para apoiar as atividades e de ganhar lastro. Para os especialistas, parte dos problemas seria resolvida se o Brasil contasse com uma legislação específica para a questão, capaz de incentivar e motivar as finanças solidárias.

LACUNA LEGISLATIVA

Na Venezuela, por exemplo, esse mecanismo de estímulo socioeconômico ganhou impulso com base na aprovação de uma lei sobre a questão. Atualmente, o país conta com mais de 3 mil bancos comunitários. “Fizemos consultoria para a Venezuela, em 2005. O grande ‘pulo do gato’ venezuelano, que o Brasil não deu, foi a criação da lei, com um fundo específico no orçamento da União para desenvolvimento dos bancos comunitários”, opina Melo.

Em 2015, o governo federal avançou nesse sentido ao criar o Plano Nacional de Economia Solidária, que inclui ações para auxiliar os bancos comunitários até 2019. O documento previa fomentar 2 mil iniciativas de finanças solidárias, entre elas os bancos, número que, segundo

o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), já foi atingido pela metade. O plano tem o intuito ainda de prestar apoio técnico a essas iniciativas, o que tem sido feito, mas não caminhou muito na proposta de criar um fundo nacional destinado a tais atividades, bem como a aprovação de um marco regulatório. “No ano passado, foram destinados R\$ 2 milhões em recursos para bancos comunitários. Na próxima chamada pública, ainda em 2017, queremos contemplar os bancos que estão começando. Não temos recurso para passar senão abrir chamada pública. E sem esse recurso, o negócio morre”, assinala o coordenador-geral de Comércio Justo e Crédito da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), do MTE, Clayton Gontijo.

Segundo ele, os bancos comunitários são uma “ferramenta de alta relevância, até pelo momento econômico nacional atual. Os bancos convencionais se blindam ainda mais a esse público”, afirma. Para contribuir para as iniciativas, a secretaria tem dialogado com os congressistas para que o projeto de lei que cria a Política Nacional de Economia Solidária caminhe. “Acredito que entre outubro e novembro a gente consiga essa lei. Não pode ser uma política de governo, mas de Estado. Uma vez a lei aprovada, o País não deixará de fomentar [os bancos comunitários], como é com educação e saúde, por exemplo. É a garantia de continuação, independentemente de partido e presidente”, ressalta Gontijo.

A falta de recursos públicos para a operação dos bancos comunitários tem sido um entrave. O União Sampaio, na zona Sul de São Paulo, tem lutado diariamente para se manter na ativa. Criada por volta de 2008 com apenas R\$ 2 mil, a instituição estima ter beneficiado mais de mil moradores da região. “O banco está vivo e atuando nos casos mais gritantes. O mais difícil é ter um lastro maior”, conta a presidente da associação mantenedora União Popular de Mulheres de Campo Limpo e Adjacências (UPM), Neide Abatti. Por mês, de 40 a 50 moradores recorrem ao banco, que tem contado com doações para perpetuar o bem feito na região com empréstimos aos mais necessitados. Segundo Neide, a moeda social sampaio ajuda desde a compra de alimentos até a abertura

BANCOS COMUNITÁRIOS ATENDEM À POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA, ESTIMULANDO A ECONOMIA LOCAL PELO CONSUMO E EMPREGOS REGIONALIZADOS

de negócios no bairro. “O banco precisa acontecer. É muito sofrimento na região. Só quem está aqui sabe.”

Além do projeto que prevê a criação do plano nacional, está em tramitação na Câmara dos Deputados outra proposta, o PLP 93/2007, que, entre outras providências, também visa a ampliar a atuação dos bancos comunitários, que hoje caminham com receio. “Se a lei for aprovada, será permitido que os bancos façam poupanças, não de grandes fortunas, mas o suficiente para alavancar e atender mais pessoas sem precisar do sistema financeiro tradicional”, assinala Melo. “O Banco Central emitiu nota técnica em 2013 permitindo a moeda social, e outra em 2015 sugerindo a moeda eletrônica. Eles perceberam que os bancos comunitários não têm nenhum interesse financeiro, mas é preciso uma lei que regulamente a questão. Não existe perseguição hoje, mas amanhã pode mudar tudo se não existir permissão no papel”, avalia Gontijo.

MULTIFACETADOS

Mais do que fazer circular uma moeda social que fortaleça a economia local, os bancos comunitários assumiram ao longo dos anos uma postura de prezar pelo desenvolvimentismo de onde estão, mesmo que para isso seja necessário ir além de sua função principal. O Instituto Banco Palmas hoje conta com o PalmasLab, um laboratório solidário de inovação e pesquisa em finanças que usa a tecnologia

de informação como base. Lá, moradores da região desenvolvem soluções próprias para a realidade local, como aplicativos de delivery de estabelecimentos do bairro, cursos para moradores, desenvolvimento de mapas de produção e consumo na comunidade, entre outras ações. A iniciativa conta inclusive com o apoio de universidades americanas e parceiros financiadores. Há também a PalmaNet, internet própria da comunidade, e iniciativas em prol da melhoria do bairro, como mutirões de zeladoria. “Acreditamos que tudo de bom possa ser feito localmente, o que é fundamental para distribuir a riqueza”, explica Melo, do Palmas.

O União Sampaio também desmembrou sua atuação apoiando as produções artística e cultural do bairro, fomentadas por meio de outra moeda social, a solano, que culminou na criação da Agência Solano Trindade, que contribuiu, por exemplo, para a gravação de artistas locais e de mais ações culturais.

Para Gontijo, do MTE, “o banco, quando dá certo, vai muito além e expande”. Outro aspecto é visto como favorável ao fortalecimento dos bancos comunitários. “Os grandes bancos estão fechando as agências em locais onde há explosões, por exemplo. Se não melhorar a segurança, que é algo muito difícil, o banco comunitário vai se fortalecer muito mais”, avalia. “Somos a solução para o Brasil onde os grandes bancos não chegam”, completa Joaquim Melo.

CIDADE SOLIDÁRIA

Esse tipo de iniciativa não tem se restringido a movimentos populares. Em Maricá (RJ), a moeda social mumbuca, que tem o mesmo valor do real, tornou-se política pública para melhorar a distribuição de renda e, assim, combater a pobreza. A cidade foi a primeira a investir em moeda social eletrônica no País. Maricá criou o programa Renda Mínima Mumbuca, que dá 85 mumbucas para famílias de baixa renda; 85 mumbucas para gestantes; e 100 mumbucas para jovens. Atualmente, 15 mil cidadãos recebem o benefício, que pode ser gasto em 130 estabelecimentos credenciados. Por mês, a prefeitura desembolsa R\$ 1,5 milhão no programa. “O retorno vem em todos os sentidos, porque dá perspectiva de vida para as pessoas. Já foram gerados mais de 700 empregos”, conta André Braga, secretário municipal de Economia Solidária. O número deve aumentar. Isso porque Maricá planeja implantar a Renda Básica de Cidadania, que dará uma quantia da moeda social para todos os moradores da cidade e, posteriormente, pretende unificar todos os programas de renda. “Com a ampliação, esperamos que o valor mensal distribuído chegue a R\$ 10 milhões”, explica o gestor público. A expectativa é que, neste ano, mais 7 mil pessoas recebam as mumbucas, quantidade elevada para 20 mil em 2018 e de forma contínua.

O FUTURO

Investir em um modelo eletrônico de moeda social é também a aposta de outros bancos. Uma solução foi desenvolvida, com o Instituto Banco Palmas, para que qualquer banco comunitário do Brasil possa adotar, conforme interesse e necessidade, o chamado “e-dinheiro”. A tecnologia foi criada para ser usada por aplicativo para smartphones. Em torno de 1% de cada transação é retido pelo banco comunitário, e outro 1% é destinado a custear o aplicativo. “O desafio para os próximos dez anos é ficarmos cada vez mais digitais, mas ainda comunitários”, sinaliza o fundador do Instituto Banco Palmas. Segundo Gontijo, do Senaes-MTE, a expectativa é que na próxima chamada pública a questão seja contemplada. “Queremos expandir essa ideia.”

Com esses movimentos, a expectativa é que cada vez mais a moeda social se dissemine pelo Brasil. “Acredito que todos estejam se voltando para isso, para o fato de a solução estar no município, no local, nos pequenos negócios. A economia solidária vê a economia como colaboração e



não como competição”, avalia Melo. Para ele, a perspectiva dos bancos comunitários no País é otimista. “Esperamos em 2018 atingir mil bancos comunitários, com a decadência e ausência cada vez maior de grandes bancos na comunidade, e com tecnologia e apoio do governo federal. Hoje, R\$ 12 milhões circulam mensalmente em toda a nossa rede. Queremos pular para R\$ 300 milhões até 2018. E aí teríamos um grande banco dos pobres no Brasil.”

Gontijo já tem uma visão mais moderada. “Atualmente temos 113 bancos comunitários ativos, o que acho muito, considerando um país com quase 6 mil municípios e mais de 200 milhões de habitantes. A perspectiva para os próximos quatro anos é que a gente consiga dobrar esse número.”

O coordenador do Núcleo dos Direitos da Universidade de São Paulo (USP), que abriga o Núcleo de Economia Solidária, Rubens Beçak, reforça a importância de tais instituições. “A experiência dos bancos comunitários e do trabalho solidário como um todo possibilita a mudança de mentalidade e perspectiva de fluidez dos direitos”, destaca. Para Neide, do União Sampaio, o banco resgatou a autoestima das pessoas pobres, que perceberam existir algo destinado a elas e alguém para ajudar e orientar. “Trouxe uma alegria de morar aqui no bairro.”

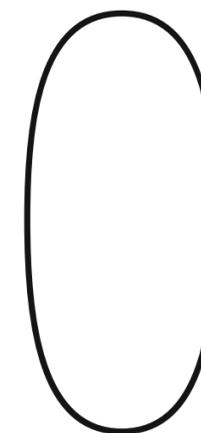
&

Neide Abatti, da associação mantenedora do banco União Sampaio, em São Paulo (SP), criado em 2008 com um aporte de R\$ 2 mil



UMA CHANCE PARA O CERRADO

texto RACHEL CARDOSO



O Brasil conseguiu reduzir o desmatamento da Floresta Amazônica em cerca de 70% entre 2004 e 2015, segundo o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam). É um importante passo para combater um dos mais graves problemas ambientais da atualidade. O Cerrado, outro valioso bioma brasileiro, não teve a mesma sorte, apesar de sua enorme importância para a conservação de espécies e a prestação de serviços ecossistêmicos. Com aproximadamente 2 milhões de metros quadrados, algo como 24% do território brasileiro (o equivalente a Espanha, França, Alemanha, Itália e Reino Unido juntos), a região vê se perder numa velocidade assustadora muito do cenário descrito por João Guimarães Rosa em sua obra-prima *Grande Sertão: Veredas* – o que anula os ganhos obtidos pela vizinha Amazônia.

O bioma, que abrange três das maiores bacias hidrográficas da América do Sul e contribui com 43% das águas superficiais brasileiras fora da Amazônia, já perdeu 46% de sua cobertura vegetal nativa. Apenas 19,8% permanecem inalterados, o que o coloca como um dos mais ameaçados do País. Entre 2002 e 2011, as taxas de desmatamento no Cerrado (1% ao ano) foram 2,5 vezes mais altas do que na Amazônia.

Os dados constam da tese publicada recentemente pela revista científica *Nature* e assinada por uma dúzia de pesquisadores. Os níveis alarmantes são decorrentes de uma combinação de fatores que incluem desde o agronegócio e as obras de infraestrutura até a baixa proteção legal e as iniciativas de conservação limitadas.

JANELA DE OPORTUNIDADE

Apesar das projeções sobre risco de extinção grave, uma janela de oportunidades se abre para uma combinação de medidas que pode evitar o colapso da biodiversidade no Cerrado. Com o objetivo de organizar tais ações, o governo criou em janeiro, por meio de decreto presidencial, a Política Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa (Proveg).

Há um consenso de que o caminho é assertivo para o Brasil, embora o desafio seja tirar as medidas do papel. “O mais importante é saber quem vai pagar a conta”, diz o engenheiro florestal Alexandre Sampaio, do Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade do Cerrado e Caatinga, braço do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), autarquia do Ministério do Meio Ambiente (MMA).

Para ele, não há dúvidas de que o novo Código Florestal fragilizou regras e permitiu ampliar o desmatamento. Também anistiou devedores que não cumpriram as exigências de conservação. “Em contrapartida, criou o Cadastro Ambiental Rural (CAR), uma importante ferramenta para organizar o sistema de fiscalização”, afirma Sampaio.

Na prática, o CAR é um registro eletrônico, obrigatório para todos os imóveis rurais. Um amplo banco de dados que vai permitir identificar quem desmatou e onde deve ser restaurado. “O grande mérito é contabilizar esse imenso passivo estimado por alto em mais de 20 milhões de hectares.”

REGIME DE COOPERAÇÃO

A Proveg, de certo modo, é uma resposta aos desafios enfrentados pelos proprietários rurais com dificuldades de se adaptarem às regras do código para as Áreas de Preservação Permanente (APPs) e de Reserva Legal. Sua viabilização depende do acesso ao CAR.

De acordo com o professor especializado em Direito Ambiental, Bruno Andrade Christofoli, a Proveg é também um passo concreto para alcançar um dos compromissos assumidos pelo Brasil perante a comunidade internacional no Acordo de Paris para mitigação das mudanças climáticas: a recuperação de, no mínimo, 12 milhões de hectares de vegetação nativa até 2030. “Sua estrutura de governança é cooperativa e participativa”, diz.

Dessa forma, deve ser implementada pelo Poder Executivo federal em regime de cooperação com Estados, municípios, Distrito Federal e organizações da sociedade civil e privadas. O instrumento para coordenação das ações será o Plano Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa (Planaveg), que deve ser estabelecido pelos ministros do Meio Ambiente, da Casa Civil, da Agricultura e da Educação.

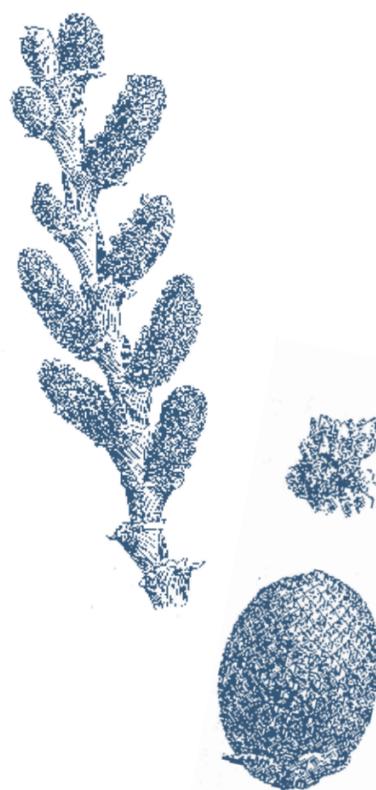
Isso não significa que a flora e a fauna do bioma estejam salvas. Estima-se que o Cerrado possa perder até 34% do que ainda resta 2050, o que levaria à extinção de 1,14 mil espécies endêmicas – um número oito vezes maior que o oficial registrado em todo o mundo desde o ano de 1500. “A Savana e o Cerrado tendem a desaparecer por causa dessa lenda criada de que o Brasil é o celeiro do mercado global e precisa alimentar o mundo”, ressalta Sampaio, do ICMBio.

ALIANÇA PELA CONSERVAÇÃO

Para mudar essa cultura, ganha corpo no Distrito Federal o Fórum Aliança do Cerrado, um grupo com mais de 50 instituições comprometidas com a conservação e a recuperação do bioma. Sua construção tem entre os objetivos dar celeridade e garantir efetividade aos processos de educação ambiental, mobilização social, conservações de água e solo, restauração florestal e práticas de produção agrícola sustentável.

Além dos aspectos ambientais, o Cerrado tem grande importância social. Muitas populações sobrevivem de seus recursos naturais, incluindo os povos indígenas e quilombolas, além de ribeirinhos e babaqueiros, entre outros, que, juntos, fazem parte dos patrimônios histórico e cultural brasileiros e detêm um conhecimento tradicional de sua biodiversidade.

Apesar disso, a pressão continua intensa por causa das expansões agropecuárias de soja, carne, cana-de-açúcar, eucalipto e algodão, produtos essenciais para a economia nacional e para os mercados mundiais. Uma demanda que impulsionou a criação da chamada “nova fronteira agrícola”, batizada de *Matopiba*. Isso porque abrange os Estados do Maranhão, do Tocantins, do Piauí e da Bahia. A exploração da região se baseou na adoção de tecnologias de alta produtividade, o que em grande parte gerou desmatamento para incorporação de terras produtivas e excluiu ainda mais a população local.



O Cerrado produz atualmente 30% do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil, mas o seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é inferior à média nacional. “A situação socioeconômica no bioma está longe de ser equitativa, inclusiva ou respeitosa para com a natureza e as comunidades”, diz a coordenadora nacional do Programa de Pequenos Projetos Ecosociais do Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN), a assessora técnica Isabel Figueiredo.

Trata-se de uma iniciativa criada para apoiar projetos de ONGs e de bases comunitárias que desenvolvam ações geradoras de impactos ambientais globais positivos, combinados com o uso sustentável da biodiversidade. E é um dos poucos no Brasil que direcionaram seu apoio exclusivamente para o Cerrado durante muitos anos.

BOA PRÁTICA

O resultado disso pode ser observado no Alto Jequitinhonha, nos municípios de Veredinha e Turmalina, em Minas Gerais, onde projetos apoiados pela Iniciativa Satoyama têm gerado importantes transformações em uma paisagem de 40,6 mil hectares.

A Iniciativa Satoyama tem como parceiros o Ministério do Meio Ambiente do Japão, o Secretariado da Convenção Sobre a Diversidade Biológica, a Universidade das Nações Unidas (UNU), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) e o Fundo para o Meio Ambiente Mundial. O

APESAR DAS PROJEÇÕES SOBRE O RISCO DE EXTINÇÃO GRAVE, UMA JANELA DE OPORTUNIDADES SE ABRE PARA UMA COMBINAÇÃO DE POLÍTICAS QUE PODE EVITAR O COLAPSO DA BIODIVERSIDADE NO CERRADO

objetivo geral é contribuir para a melhoria da resiliência de paisagens em várias regiões do planeta.

No Brasil, 14 comunidades rurais têm sido beneficiadas. Importantes resultados já foram alcançados, entre os quais 143 obras baseadas em tecnologias sociais de coleta e armazenamento de águas da chuva, como bacias de contenção, terraços e barraginhas, que permitem armazenar aproximadamente 33,6 milhões de litros d’água.

Esse aumento na disponibilidade de água tem viabilizado a produção de alimentos e a permanência das famílias no campo. Além disso, 20 nascentes estão sendo protegidas e restauradas. Afora os benefícios ambientais, as comunidades têm recebido assistência técnica para aprimorar a produção agroecológica e o manejo sustentável do gado.

O projeto tem estimulado frequentes trocas de conhecimentos entre as 300 famílias beneficiárias, o que tem gerado a valorização de conhecimentos, engajamento e motivação. Esse fortalecimento das comunidades, na opinião de Isabel, é a maneira mais eficiente de preservar o que resta e fazer frente aos desafios que ainda persistem. “Os conflitos vão desde incêndios criminosos e naturais até grilagem e confluência de interesses de investidores privados e do Poder Público”, destaca. “Não adianta apenas reflorestar o semiárido.”

REFERÊNCIA

Para o especialista em conservação, agricultura e meio ambiente da WWF-Brasil, Frederico Soares Machado, o Brasil tem a chance de se posicionar como responsável pela maior crise de extinção de plantas registrada no mundo ou como líder de uma produtividade mais sustentável.

“O novo Código Florestal provocou um efeito nefasto, aumentando o desmatamento que na última década ocorreu

quase que de maneira legalizada no Cerrado, e isso chamou a atenção”, afirma. “Políticas que apoiaram o sucesso da Amazônia precisam ser replicadas no bioma.”

Ele destaca ainda que há uma pressão de fundos internacionais – que, juntos, somam mais de meio trilhão de dólares – de só investir no Brasil a partir do desmatamento zero.

O biólogo José Felipe Ribeiro, pesquisador da Embrapa Cerrados, corrobora da opinião de Machado, reforçando que há um consenso positivo em torno da Proveg e que é preciso deixar claro que conservação é diferente de preservação. “A preservação é de âmbito do Estado, já a conservação pode (e deve) ser feita pelo produtor.”

Políticas públicas entram justamente para ajudar a disseminar o modelo criado. Ele chama atenção também para a responsabilidade do consumidor de se engajar nas questões ambientais em vez de só responsabilizar um ou outro lado. “As nossas opções do dia a dia fazem toda a diferença.”

É justamente para mostrar que existem alternativas que o Instituto Escolhas criou uma plataforma que ajuda o produtor a decidir o caminho a ser seguido. “Oferecemos um cardápio de soluções do que é possível fazer para reverter o quadro de desmatamento que assola o Cerrado e outros biomas”, ressalta o diretor de relacionamento com a sociedade da ONG, Sérgio Sá. A tecnologia permite simular o custo da recuperação de áreas degradadas

Qual o preço para recuperar a floresta e qual a melhor forma de fazê-lo? É a pergunta que precisa ser respondida com base no roteiro agora estabelecido pela Proveg.

&

I

IRRITAÇÕES CONJUNTURAIS

Pela Lei Maior brasileira, a Suprema Corte é a “guardiã da Constituição”, e não uma “Constituinte derivada” (art. 102 da CF/1988). Ainda assim, o Brasil passou a ser comandado pelo Pretório Excelso, na medida em que seus ministros, reconhecidamente eminentes juristas, não poucas vezes alteram-na, criando novas normas.

A invasão de competências legislativas é proibida pelo artigo 103, § 2º, ao prever que, nas ações diretas de inconstitucionalidade por omissão, declarada a omissão do Congresso, cabe ao Supremo apenas solicitar-lhe que produza a norma. Ora, se não pode legislar nessas ações, não o pode também em *habeas corpus*, em mandados de injunção, ou quaisquer outros veículos processuais não vocacionados à interferência na função legislativa.

Ainda assim, o Supremo Tribunal Federal (STF) legislou nos casos de prisões de parlamentares por crimes no exercício do mandato, sem autorização da Câmara (art.53, § 3º, da CF/88); de interrupção da gravidez de anencéfalos, criando hipótese de impunidade para aborto eugênico não constante do artigo 128 do Código Penal; ao permitir o homicídio uterino até três meses de gestação sem qualquer justificativa e a união entre pares do mesmo sexo, o que seria legítimo caso tivesse o mesmo status que o casamento, instituto que a Lei Suprema apenas admite para a união entre homem e mulher (art.226, §3º, da CF/88); quando permitiu que candidato derrotado assumisse governos de Estados sem novas eleições diretas ou indiretas (art.81 da CF/88); e desconsiderou a presunção de inocência, o devido processo legal e a coisa julgada, para permitir a prisão em segunda instância (art.5º, inciso LVII, da CF/88).

O Congresso Nacional, por sua vez, acuado pelas denúncias da Lava Jato, não tem coragem de se opor a essa invasão, razão pela qual não

tem desobedecido as ordens emanadas daquele Poder, apesar de permiti-lo o artigo 49, inciso XI, da Lei Suprema.

Minhas “irritações conjunturais” não ficam apenas nesses pontos. Não é possível aceitar, por exemplo, que atuações cinematográficas procurem desconstituir o instituto do *in dubio pro reo*, como se uma investigação bem fundamentada pudesse justificar a pena, mesmo que haja dúvidas. Não entendo, também, como invasões de terras, de propriedades públicas e privadas, seguem impunes, sob a alegação de que é uma forma de protesto.

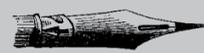
Do mesmo modo, não compreendo a razão pela qual uma expressiva maioria silenciosa, que professa sua fé nas mais diversas igrejas – aqueles que as frequentam ou são declaradamente delas participantes constituem mais de 80% da população –, seja considerada conservadora perante a minoria barulhenta dos “progressistas”, para quem a liberdade sem limites e sem critérios merece todos os espaços dos meios de comunicação.

Tenho para mim que os cidadãos que acreditam em Deus devam ser respeitados e não hostilizados pela minoria agnóstica, que à luz de seu mal concebido “Estado Laico”, entendem que só os que não acreditam em Deus podem ter atuação política e na mídia.

Irrito-me, pois, sendo advogado e professor, aos 82 anos, não consigo adaptar-me a uma realidade em que os descumprimentos da Constituição e da lei podem ser praticados com aplausos de parte da mídia e de autoridades respeitadas no País.

Assim, sempre defenderei a democracia do voto e não das invasões; da independência e autonomia dos Poderes e não do desrespeito ao limite de competências; da moral familiar e da cidadania e não da imposição de desejos das minorias sobre os valores da maioria.

&



IVES GANDRA DA
SILVA MARTINS

é presidente do
Conselho Superior de
Direito da FecomercioSP

B



texto FILIPE LOPES

CIDADANIA SUPERFICIAL

Autor de obras nos campos da filosofia, política, educação e teologia, o filósofo Mario Sergio Cortella credita a crise existencial do homem contemporâneo à superficialidade gerada pela tecnologia. Em seu mais recente livro (*Basta de cidadania obscena!*, Papirus, 2017), que traz conversas suas com Marcelo Tas, ele debate, entre outros aspectos, a real influência das redes sociais na promoção de uma cidadania ativa.

Segundo o autor, o excesso de intolerância presente nas redes, especialmente quando o assunto é política, é motivado em partes pela falta de hábito de participar ativamente do cotidiano político do País. “Nossa formação histórica nos colocou à margem da participação da gestão da coisa pública, com a presença muito eventual. E o mundo da tecnologia faz inclusive com que alguns suponham que estejam de maneira ativa participando, apenas com *like* ou *dislike* ou fazendo parte de uma comunidade virtual, e como essa participação não se transforma em passos reais, isso gera frustrações de objetivo. Então há, sim, uma similitude entre esse tipo de artificia-

lização que o mundo virtual permite e o nosso modo de presença na política, especialmente com a incapacidade de diálogo”, comenta.

“Há uma insatisfação muito grande e negativa em relação ao modo de vida atual, no qual a tecnologia ofereceu uma fantasia de uma vida exuberante, comunicativa e conectada, mas também trouxe junto uma relação de superficialidade”. Há um certo enjoo, segundo o autor, com o “tsunami informacional” do dia a dia “e, ao mesmo tempo, cansaço de precisar estar conectado o tempo todo e vivendo em voz alta”.

O filósofo indica que o ser humano precisa reinventar a convivência. “Há 50 anos, nós estávamos todos juntos e quase ninguém perto, agora estamos todos pertos, mas quase ninguém junto. Afinal, estamos distanciados e precisamos criar tempos de convivência, e eles se dão quando somos capazes de suspender, momentaneamente, a tecnologia e colocar a nossas capacidades de conversa e de fruição em prática.”

&



Basta de cidadania obscena! Editora Papirus

MÚSICA ERUDITA BRASILEIRA {250 ANOS}

Em 1500, o colonizador português descobriu, além do Brasil, um povo que gostava de música: em seus rituais, os índios entoavam cantos ao som de tambores, chocalhos, flautas e apitos, batendo palmas ou marcando com os pés os passos das danças. A eles se somaram as tradições musical e instrumental europeias utilizadas pelos jesuítas para catequizar os indígenas, completada pelos ritmos vibrantes dos africanos escravizados.



D

Dessas três raças e influências se formou o rico manancial da música brasileira, logo dividido nas vertentes folclórica (anônima e transmitida oralmente de geração em geração), popular urbana (de autor conhecido) e clássica ou erudita.

Esta última, que condensa o patrimônio cultural de séculos e o apresenta nas salas de concerto e teatros de ópera, está comemorando 250 anos de presença no País, período em que produziu o maior compositor das Américas no século 19, Antônio Carlos Gomes, e o mais importante gênio musical do continente em todos os tempos: Heitor Villa-Lobos.

Ambos colocaram o Brasil no mapa-múndi musical, mas de formas diferentes. A obra *O selvagem da ópera* – título de uma biografia romanceada de Carlos Gomes, escrita por Rubem Fonseca – popularizou uma história brasileira, *O guarani*, por meio de uma ópera escrita em italiano e dirigida ao público da pátria de Verdi e Puccini. Já o “índio de casaca”, como Villa-Lobos definia a si próprio, foi o responsável por romper com uma música “transplantada e subserviente de colônia” – no dizer do escritor e musicólogo Mário de Andrade –, maravilhando o mundo com a série de choros ou as célebres *Bachianas brasileiras*.

Muito antes disso, porém, a música erudita acompanhou nossos ciclos econômicos. Desfrutou um período de grande atividade na segunda metade do século 18, que coincide com o barroco mineiro das artes plásticas, consagrado pelas obras de Aleijadinho. Em Vila Rica (Ouro Preto, MG) e no Arraial do Tijuco (Diamantina, MG) havia, nessa época do auge da mineração, milhares de músicos espalhados por confrarias religiosas, que executavam música de origem europeia e composições próprias, quase todas de caráter sacro ou litúrgico, destinadas a difundir e fortalecer a fé católica, esteio fundamental das relações escravistas e coloniais.

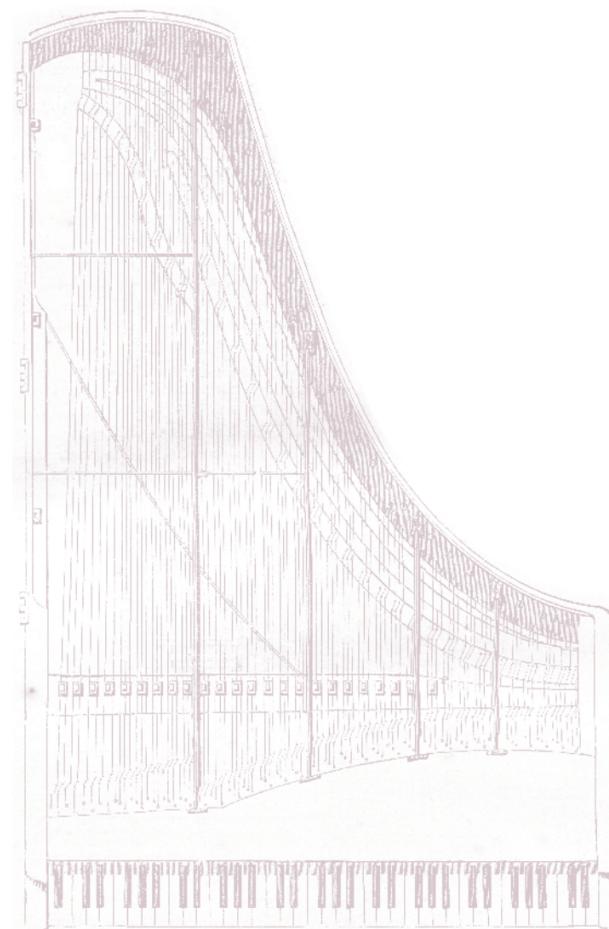
BARROCO MULATO

Esse tesouro cultural das irmandades integradas por homens negros, tanto escravos como libertos, foi ignorado durante mais de um século e quase todo consumido como papel velho em fogueiras de São João, num dos mais tristes episódios de descaso para com a memória nacional. As obras dos *Mestres Mulatos*, como passaram a ser chamados, só se tornaram conhecidas graças ao musicólogo alemão Curt Lange, que na década de 1940 se embrenhou com um jipe no sertão mineiro coletando partituras e montando fragmentos de composições, hoje preservadas no Museu da Inconfidência de Ouro Preto.

Para que se tenha uma ideia da qualidade dessas obras, o maestro Júlio Medaglia, que trabalhou com Curt Lange e realizou concertos de divulgação do acervo coletado, conta sobre a reação dos europeus: “Ouviam e diziam que devia ser música do período pré-clássico da Itália, Áustria ou Alemanha. Eu morria de rir e falava: ‘Errou por 20 mil quilômetros. Isso nasceu no sertão da América Latina’. Ninguém acreditava”.

Os mulatos conheciam a música europeia e nela se espelhavam. Lange encontrou uma folha de um quarteto de Haydn, copiada por um certo Maciel em 1794, quando o célebre compositor austríaco ainda vivia. “De tanto ser tocada, tinha a ponta direita inferior, usada para virar a página, inteiramente transparente”, acrescenta Medaglia no artigo intitulado “O milagre musical do barroco mulato”, incluído em seu livro *Música impopular* (Global Editora).

Das 900 partituras recolhidas por Lange, o principal legado em quantidade e qualidade pertence a José Joaquim Emerico Lobo de Mesquita (1746-1805), filho de escrava com pai português, cujo estilo oscila “entre Pergolesi e Mozart”, na opinião de Vasco Mariz, diplomata e musicólogo, autor da *História da música no Brasil* (Editora Nova Fronteira). Entre missas e ladainhas, é de Lobo de Mesquita a *Antifona de Nos-*



NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO 18, PERÍODO DO BARROCO MINEIRO CONSAGRADO POR ALEIJADINHO, MÚSICOS TOCAVAM EM CONFRARIAS RELIGIOSAS OBRAS LITÚRGICAS DESTINADAS A DIFUNDIR A FÉ CATÓLICA

sa Senhora para coro, violinos e baixo contínuo. Escrita em 1787, foi o primeiro manuscrito encontrado, um alento para Curt Lange prosseguir na busca e comprovar sua tese de que já se fazia música de qualidade no Brasil antes da chegada de D. João VI.

O monarca português, entretanto, apaixonado cultor da música, deu a essa forma de arte um grande impulso, tanto pela contratação de compositores do mais alto nível como pela construção, em 1813, do Real Theatro de São João, primeira casa de espetáculos brasileira apta a receber as produções operísticas europeias.

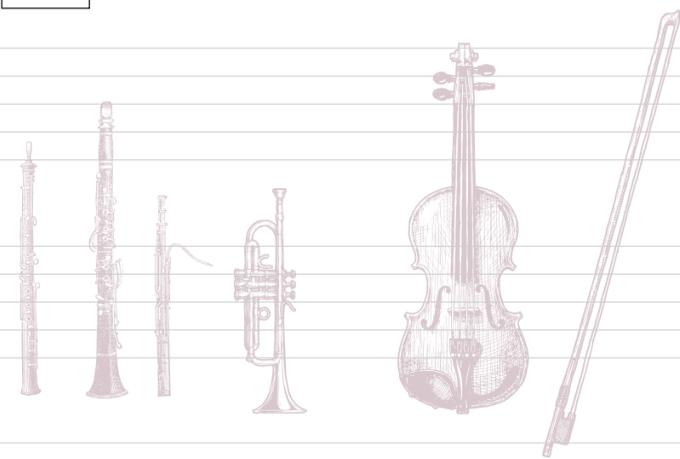
Escorraçada por Napoleão, a corte portuguesa que aportou em 1808 nem sequer teve tempo de incorporar músicos à comitiva que atravessou o Oceano Atlântico. Teve de se contentar com a “prata da casa” que encontrou para abrilhantar instituições como Capela e Câmara Reais. Para surpresa dos aristocratas lusitanos, porém, aqui pontificava o padre José Maurício Nunes Garcia, organista e mestre-de-capela da Catedral e Sé do Rio de Janeiro desde 1798.

Um dos fundadores da Irmandade de Santa Cecília, a mais célebre instituição musical daquele tempo, Garcia dirigiu todas as atividades musicais da corte até 1811, quando foi substituído por Marcos Portugal, compositor lusitano especializado em óperas de estilo napolitano. Autor de portentosa obra com perto de 200 composições que chegaram até nossos dias – entre as quais se destacam a *Missa de*

Requiem, o *Officium 1816*, escrito para as exéquias da rainha D. Maria I, e a *Missa de Santa Cecilia* –, o padre José Maurício, neto de escravos e músico autodidata, nasceu em 22 de setembro de 1767, no Rio de Janeiro, data considerada marco inicial de nossa música erudita, há exatos dois séculos e meio.

O compositor austríaco Sigismund von Neukomm, discípulo de Haydn que viveu no Rio de Janeiro entre 1816 e 1821 e foi professor de D. Pedro I e D. Leopoldina, não media elogios ao nosso primeiro grande compositor, que considerava “o maior improvisador do mundo”. O que não impediu que José Maurício fosse discriminado por ser negro e afastado da corte para morrer na miséria, em 1830. Seu declínio coincide com a substituição dos músicos mestiços, seguindo a transformação então verificada na Europa, onde a música, antes mera tarefa manual, passa a ser considerada obra de arte. Com status de artista, os brancos passaram a ocupar e monopolizar os postos nas orquestras, como até hoje ocorre no Brasil.

Após a volta de D. João VI a Portugal, o Brasil que emerge da independência é um país que nasce mergulhado em dívidas, sem condições de manter o fausto do período joanino, em que pese o fato de D. Pedro I ser “um apaixonado e hábil musicista, que dirigia ele mesmo as execuções da Capela Real”, de acordo com a descrição de Mário de Andrade em sua *Pequena história da música* (Editora Nova Fronteira).



HINOS E ÓPERAS

Nosso primeiro governante tocava nada menos do que seis instrumentos (fagote, trombone, clarinete, violoncelo, flauta e rabeca) e nos deixou composições como o “Hino da Independência” e o “Hino da Carta”, em comemoração à Revolução do Porto, que liderou para retornar de seu irmão Miguel a coroa portuguesa. Durante seu reinado, o único compositor de destaque foi Francisco Manuel da Silva, aluno de José Maurício e de Neukomm. O hino que compôs em 1831 para celebrar a abdicação de Pedro I foi acolhido após a Proclamação da República como o nosso “Hino Nacional Brasileiro”, com letra de Osório Duque Estrada.

Francisco Manuel da Silva teve o mérito adicional de fundar, em 1841, o Conservatório de Música, posteriormente Instituto e Escola Nacional de Música. Em 1857, conseguiu o apoio de D. Pedro II para fundar a Academia Imperial de Música e Ópera Nacional, que abrigaria os primeiros passos de Carlos Gomes no drama lírico com *Noite no castelo* e *Joana de Flandres*. Período de brilho na vida musical brasileira, o Segundo Reinado proporcionava temporadas anuais com mais de 60 espetáculos de companhias italianas.

É nesse contexto que após seus primeiros êxitos operísticos de juventude o *Tonico de Campinas* (SP), nascido em 11 de julho de 1836, filho de um regente de banda, com sangue indígena nas veias por parte de mãe, recebeu do imperador uma bolsa anual para estudar na cidade italia-

na de Milão. Nessa Meca do canto lírico do século 19, Carlos Gomes se formou no conservatório local e desenvolveu carreira vitoriosa de óperas de grande sucesso, a primeira das quais é até hoje a mais conhecida: *O guarani*, baseada no romance homônimo de José de Alencar, de 1857.

Na estreia no Teatro Scala, em 1870, a obra ainda não tinha a famosa “Protofonia” – introduzida no ano seguinte, na récita que abrilhantou a abertura da exposição industrial de Milão. Considerada como segundo hino nacional brasileiro, seus acordes iniciais precederam, durante décadas, as transmissões radiofônicas da *Voz do Brasil*.

Saudado como um “vero genio musicale” por Giuseppe Verdi, Carlos Gomes foi agraciado pelo rei Vittorio Emanuele II com o título de “Cavaleiro da Coroa da Itália”. Aos 34 anos, tornou-se o primeiro músico do Novo Mundo a romper o isolamento colonial, projetando o Brasil no cenário internacional. “Ele está entre os grandes melodistas do século 19, como era costume na escola oitocentista italiana em que se cultivou”, assegurou Mário de Andrade.

Seguiram-se óperas de temática europeia (como *Fosca*, *Salvator Rosa* e *Maria Tudor*), até que o compositor de cabelos longos, sobrancelhas e bigodes espessos voltasse a um tema brasileiro, mais do que atual quando a campanha pela abolição da escravatura atingia o apogeu. *O escravo*, dedicada à Princesa Isabel, foi a única obra de Carlos Gomes composta na Itália a estrear não naquele país, mas no Brasil, em 27 de setembro de 1889, com estrondoso triunfo.

O advento da República, dois meses depois, entretanto, desiludiu o mestre, que compôs apenas mais uma ópera, *Condor*, e o poema vocal sinfônico *Colombo*. Autor com maior número de estreias no

D. JOÃO VI, APAIXONADO POR MÚSICA, IMPULSIONOU ESSA FORMA DE ARTE COM A CONSTRUÇÃO DO REAL THEATRO DE SÃO JOÃO, PRIMEIRA CASA DE ESPETÁCULOS BRASILEIRA APTA A RECEBER AS ÓPERAS EUROPEIAS

La Scala por mais de uma década e que por três vezes disputou o privilégio de abrir a temporada desse templo máximo da ópera com Verdi (e o venceu), Carlos Gomes morreu aos 60 anos, em 1896, em Belém do Pará, onde fora convidado pelas autoridades locais para fundar o conservatório de música da cidade. Além das óperas, deixou hinos e canções, como a conhecida “Quem sabe?”, gravada por nomes da música popular como Ney Matogrosso.

NACIONALISMO MUSICAL

Nos últimos decênios do século 19, surgiu na Europa o nacionalismo musical, corrente estética que valoriza o aproveitamento de ritmos ou melodias populares de diferentes países nas obras de seus respectivos compositores, acrescentando-lhes um toque patriótico. No Brasil, o primeiro a embarcar nessa tendência foi o cearense Alberto Nepomuceno (1864-1920), ardente defensor da canção brasileira e do canto em português. Autor da *Série brasileira*, obra sinfônica pioneira em incluir temas populares como sapo-cururu e batuque, ele abre caminho para que, após a Semana de Arte Moderna de 1922, o nacionalismo propagador da riqueza musical brasileira se tornasse o pilar fundamental de nossa música erudita no século 20.

Mas onde estava e qual era essa riqueza? É o que se perguntava o jovem Heitor Villa-Lobos, que aos 16 anos se refugiava na casa de uma tia para poder desfrutar da boêmia carioca dos anos de 1900, na qual pontificavam chorões do porte de Anacleto Medeiros, Ernesto Nazaré e Chiquinha Gonzaga. É dessa forma que o músico precoce, nascido no Rio de Janeiro em 5 de março de 1887 e que aos seis anos de idade aprendera com o pai a tocar violoncelo numa viola adaptada para o seu tamanho, descobriu a música popular urbana de seu país. O principal dos clássicos ele já conhecia, de tanto ouvir outra tia, pianista, tocar o *Cravo bem temperado*, de Johann Sebastian Bach.

Dois anos depois, *Tuhu*, apelido que ganhara na infância por sua paixão em imitar o apito de um trem, parte em longa viagem de ras-



Fotapress/Folhapress

tratamento cultural por todo o Brasil. Demora-se tanto nas regiões Norte e Nordeste que a família, sem notícias, manda rezar uma missa por sua alma. Mas quando volta, traz na bagagem o acervo popular que lhe permitiria mais tarde dizer, ao rebater um crítico: “O folclore sou eu”.

Em 1907, aos 21 anos, compôs sua primeira obra típica – *Cânticos sertanejos*, para pequena orquestra – e recebeu aulas de harmonia com Frederico Nascimento, do Instituto Nacional de Música. A partir daí, tornou-se um “autodidata completo”, na definição de Vasco Mariz.

Ao contrário de Carlos Gomes, que fora à Europa aprender, Villa-Lobos instalara-se em Paris na década de 1920 para mostrar o que fazia por aqui, como a *Prole do bebê*, série para piano baseada em melodias folclóricas, mais tarde reunidas num *Guia prático*, utilizado como cartilha para o ensino de música nas escolas. Preocupado com os efeitos da “música de repetição”, hoje levada ao paroxismo pelas possibilidades tecnológicas ao dispor da indústria cultural, ele pretendia preservar o bom gosto musical da população por meio da educação.

Ao morrer em 1959, aos 82 anos, o campeão da música brasileira no exterior, de acordo com as arrecadadoras de direitos autorais, deixou quase 2 mil títulos entre sinfonias, óperas, concertos e música de câmara. Sem tempo para ensinar, Villa-Lobos não formou uma escola, mas sua música influenciou as gerações posteriores de compositores brasileiros, inclusive na vertente popular. Tom Jobim, o criador da bossa-nova, considerava-se “filho musical” do mestre que lhe inspirou a escrever músicas conectadas com os pássaros e com a exuberante natureza nacional.

&

Maestro Heitor Villa-Lobos: obra com quase 2 mil títulos entre sinfonias, óperas, concertos e música de câmara

OS 50 ANOS DA ZONA FRANCA

A Zona Franca de Manaus (ZFM), que concentra importantes indústrias de eletroeletrônicos, eletrodomésticos e automotivas (principalmente sobre duas rodas), está completando 50 anos. Tudo começou em 1957, com a Lei nº 3.173, que em 6 de junho estabeleceu a criação do Porto Livre, permitindo-se carregar e descarregar mercadorias sem pagar direitos aduaneiros ou tarifas. Dez anos depois, ela foi criada para de fato ser um local no coração do Amazonas com incentivo fiscais para a instalação de indústrias.

Hoje, a região conta com cerca de 500 unidades industriais de diversos setores, com destaque para os fabricantes de televisão, informática e motocicletas. Nos últimos dez anos, a ZFM passou a incentivar a implantação da tecnologia de televisão digital, que a partir de 2018 deverá atingir lares em todo o território nacional.

Economistas criticam as constantes renovações de prazo para incentivos às empresas que se instalaram por lá. Em princípio, elas tinham 30 anos de benefício, tempo renovado em 1986 – passando de 1997 para 2007. Em 2003, o modelo foi novamente prorrogado, de 2013 para 2023. Especialistas apontam que as empresas já teriam condições de pagar os tributos que ajudariam o País a reequilibrar suas contas. Apenas pela renúncia do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) pelo Estado do Amazonas, o governo estadual deixou de receber R\$ 7,2 bilhões em 2016, e sua arrecadação total no mesmo período foi de R\$ 7,05 bilhões, ou seja, se não abrisse mão do ICMS da ZFM, seu orçamento anual dobraria. Outro entrave nacional que afetou a zona franca é a crescente diminuição dos empregos, que passou dos 120 mil em 2011, para 85 mil em 2016.

Placas de lojas de eletrônicos, hotéis e afins na região comercial da Zona Franca de Manaus, no Amazonas

VISTO POR MAIS DE 500 MIL PESSOAS EM TODO O MUNDO!

Ministério da Cultura, Governo do Estado de São Paulo e Secretaria da Cultura apresentam

CARMO
DALLA VECCHIA

VANESSA
GERBELLI

FRED
SILVEIRA

MARCOS
TUMURA

MARYA
BRAVO

PAULA
CAPOVILLA

Direção

JARBAS HOMEM DE MELLO

Supervisão artística

HENRIQUE BENJAMIN

Direção musical e Piano

MIGUEL BRIAMONTE



Forever YOUNG

de ERIC GEDEON

COMO
VOCÊ ESTARÁ
EM 2050?



COMPRI
INGRESSOS

INFORMAÇÕES E VENDAS
11 2626.5282
compreingressos.com

CURTA TEMPORADA

SEXTA A DOMINGO



TEATRO RAUL CORTEZ



Apoio



Promoção



Transportadora
Oficial



Hospedagem



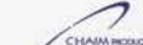
LANDMARK

Realização

tricle

Coisas Nossas
produções

Benjamin
produções



Ministério da
Cultura





DIÁLOGOS QUE CONECTAM

Assista à nova série de entrevistas do UM BRASIL em parceria com a Brazil Conference, com a participação de personalidades de renome internacional.

Deltan Dallagnol

Procurador da República e coordenador da força-tarefa da Lava Jato

Oskar Metsavaht

Artista, documentarista, diretor de criação e estilo da Osklen

Michael Sandel

Filósofo, professor de Harvard e autor do livro "Justiça - O que é fazer a coisa certa?"

Otaviano Canuto

Diretor-executivo do Banco Mundial

José Beltrame

Ex-secretário de Segurança do Rio de Janeiro

André Farber

Vice-presidente de negócios de O Boticário

Criadores do Movimento Acredito

Tábata Amaral de Pontes, Nádya Leão, Lígia Stocche Barbosa e Bruno Santos

Renan Ferreirinha

Co-fundador do Mapa Educação

Flávio Augusto

Empresário, criador da Wise Up e do Orlando City Soccer Club

Marina Silva

Ex-ministra do Meio Ambiente e fundadora da REDE

Cláudio Haddad

Membro do Insper, Ph.D. em Economia pela Universidade de Chicago, presidente do Conselho do Brazil Harvard Office

Ben Schneider

Professor de Ciências Políticas e diretor do programa MIT Brazil

Pedro Henrique de Cristo

Fundador do Movimento Brasil 21

Luís Roberto Barroso

Ministro do STF

[Acesse umbrasil.com](http://umbrasil.com)

**UM
BRASIL**

